

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA- UNIFOR-MG
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA
PATRÍCIA KELLEN SILVA LIMA

**PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS: QUAIS
SÃO SUAS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS?**

FORMIGA – MG
2013

PATRÍCIA KELLEN DA SILVA LIMA

**PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS: QUAIS
SÃO SUAS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS?**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de biblioteconomia
do UNIFOR – MG, como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em
Biblioteconomia.

Orientadora: Dr^a Marina Cajaíba da Silva

FORMIGA– MG

2013

L732 p

Lima, Patrícia Kellen da Silva.

Profissionais da informação bibliotecários e arquivistas: quais são suas semelhanças e diferenças? / Patrícia Kellen da Silva Lima. –Formiga: UNIFOR-MG, 2013. 88 f.

Orientadora: Marina Cajaíba da Silva.
Trabalho de Conclusão de Curso (Biblioteconomia)– Centro Universitário de Formiga – UNIFOR, Formiga, 2013.

1. Profissionais da informação 2. Bibliotecários. 3. Arquivistas. I. Título.

CDD: 023.2

Patrícia Kellen da Silva Lima

**PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS: QUAIS
SÃO SUAS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro Universitário de Formiga – UNIFOR
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Biblioteconomia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Marina Cajaiba Silva
Orientadora

Prof.^a Áurea Lopes de Melo
Examinadora

Prof.^a Margarita Rodrigues Torres
Examinadora

Formiga, 07 de novembro de 2013.

Dedico este trabalho aos que compõe minha base familiar e que possuem grande relevância e influência sobre a realização deste trabalho: Lúcia (mãe), José Cristino (pai), irmãos e meu marido Gilson. Dedico este trabalho também à minha avó Luzia, que não está mais entre nós, mas permanece sempre nos meus pensamentos e em meu coração. Tenho certeza que mais esta conquista, em minha vida, seria para a senhora grande motivo de felicidade e orgulho!

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de agradecer a Deus por todas as graças, recebidas no percurso desta jornada, pelos momentos em que se dispôs a me carregar no colo, dando-me o consolo, me fazendo compreender que tudo não seria em vão. Hoje, é por sua graça Senhor, que supero toda esta etapa Muito obrigada, continue sempre a olhar por mim.

Agradeço as pessoas que de uma maneira ou de outra estiveram ao meu lado, cada um à sua maneira, me incentivando a continuar trilhando esta estrada.

Agradeço ao meu esposo Gilson por ter me aturado e suportado todos os meus momentos de ansiedade, estresse, e por ser o principal “culpado” em toda esta história, por ter acreditado em mim, do seu modo todo especial me deu coragem nos momentos difíceis, ajudou-me a ponderar em meus conceitos, em fim, por termos convivido juntos dia a dia de nossa formação acadêmica.

De modo especial agradeço a disponibilidade, atenção e todo o carinho da nossa coordenadora Margarita, que sempre esteve ali disposta a nos ajudar a encontrarmos o melhor caminho a ser trilhado. Também agradeço minha professora e orientadora Marina Cajaiba, que nos momentos de ansiedade deste trabalho soube nos passar confiança, e paciência, para que enfim concluíssemos esta batalha.

Sou extremamente grata a todas as pessoas que nem sequer conheço, e que se dispuseram a me ajudar dando-me um pouco de seu conhecimento, ao responderem as entrevistas solicitadas a elas, de forma especial agradeço ao Vanderlei Santos, que se propôs a sanar minhas dúvidas sobre as fundamentações arquivísticas, sua participação foi imensurável.

Que Deus abençoe e proteja-nos a continuarmos a nossa trajetória, pois como já dizia meu professor Aladir “na vida temos que ter dois princípios: a necessidade e a vontade de vencer.”

Obrigada a todos!

“Quando eu era criança, falava como criança, pensava como criança, raciocinava como criança. Desde que me tornei homem, eliminei as coisas de crianças.”

1 Cor 13: 11

RESUMO

Trabalho de conclusão de curso referente aos profissionais bibliotecários e arquivistas. Visa investigar as similaridades e diferenças entre esses profissionais e as particularidades das respectivas profissões por meio de levantamentos bibliográficos e investigações empíricas como meio para formulação de problemas. A questão norteadora desta pesquisa é: a delimitação do campo de atuação do bibliotecário e do arquivista é necessária para evitar embates no campo profissional? Entende-se que ambos profissionais exercem a função de gestores da informação, desta forma cada indivíduo deve exercer suas atribuições em suas respectivas instituições. Explana sobre o histórico profissional do bibliotecário e do arquivista, bem como apresenta as competências e habilidades desses profissionais, comparando-as com as propostas apresentadas pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Discute os mercados de atuação desses profissionais, além de definir e explicar a ética que delinea tais profissões. Define e explica a ética dos profissionais. Enfatiza a importância da delimitação do campo de trabalho dos profissionais para uma visão holística do entendimento do tema abordado. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva, baseada no método indutivo, de cunho qualitativo que utilizou-se de questionário como instrumento de pesquisa. O questionário online estruturado foi aplicado a profissionais bibliotecários e arquivistas e seus referidos sindicatos possibilitando a descrição de seus perfis profissionais e os limites do exercício profissional das duas áreas. Obteve-se como resultado que tais profissionais devem exercer suas profissões cientes de suas delimitações no desenvolvimento de suas atividades.

Palavras-Chave: Profissionais da Informação. Bibliotecários. Arquivistas.

ABSTRACT

This Completion of course work refers to the professionals librarians and archivists. It aims to investigate the similarities and differences between these professionals and the particularities of the respective professions by means of bibliographic data collection and empiric investigations as a means of formulating issues. The guiding issue of this research is: The outline of the librarians' scope and the archivists' is necessary to avoid clashes in the professional field? It is understood that both professionals perform a managing function of the information; hence each individual should perform his/her attributions in his/her respective institutions. It explains about the Professional background of the librarian and the archivist as well as it presents the competences and skills of these professionals, comparing with the proposal presented by the Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). It discuss the market where these professionals perform besides defining and explaining the ethic which outlines such professions. It defines and explains the ethic of professionals. It highlights the importance of the outlining of the Field of working of these professionals in order to have a holistic view of the understanding of the theme. In terms of methodology, it is an explanatory descriptive research, based in the inductive and qualitative method which used the questionnaire as the instrument of research. The on-line structured questionnaire was applied to professional librarians and archivists and their respective syndicates making possible the description of their professional profile and the limits of the professional performance of these two areas. The result was that such professionals should perform their professions aware of their delimitations in the development of their activities.

Key-word: Professionals of Information. Librarians. Archivists.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Competências do profissional da informação e suas correspondências no núcleo de competências exigidas pelas organizações.....	30
Quadro 2 - Ranking das habilidades demandadas pelo mercado.....	48
Quadro 3 – Sexo dos profissionais respondentes.....	60
Quadro 4 – Tempo de formação acadêmica.....	61
Quadro 5 - Representação das atividades desenvolvidas.....	65
Quadro 6 - Abordagens éticas e sindicais.....	68

LISTA DE SIGLAS

ABEBD	Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação
ABECIN	Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
BN	Biblioteca Nacional
CAPES/CNPq	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CBO	Classificação Brasileira Ocupacional
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CFE	Federal de Educação
CPA	Curso Permanente de Arquivos
e-MEC1	Ministério da Educação
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
FEFIERJ	Federação das Escolas Federais do Estado do Rio de Janeiro
Pró- SINDIBIBLIO/SC	Sindicato do Estado de Santa Catarina
SINARQUIVO	Sindicato Nacional dos Arquivistas e Técnicos de Arquivo
SINBIESP	Sindicatos dos Bibliotecários de São Paulo
SINDIB/MA	Sindicato do Estado do Maranhão
SINDIB/RJ	Sindicato dos bibliotecários do Rio de Janeiro
SINDIB/PR	Sindicato de Bibliotecários do Paraná

,

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	OBJETIVOS.....	16
2.1	Objetivo geral.....	16
2.2	Objetivo específico.....	16
3	HISTÓRICO DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO	17
4	FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO: HISTÓRICO DO CURSO E PANORAMA ATUAL	21
5	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PROFISSIONAIS DO BIBLIOTECÁRIO	27
6	MERCADO DE TRABALHO DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO	31
7	ÉTICA PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO	36
8	HISTÓRICO DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA	40
9	FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ARQUIVISTA BRASILEIRO: HISTÓRICO DO CURSO E PANORAMA ATUAL.....	43
10	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA	46
11	MERCADO DE TRABALHO DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA.....	49
12	ÉTICA PROFISSIONAL DO ARQUIVISTA	54
13	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	57
13.1	Tipo de pesquisa	57
13.2	Considerações sobre a amostra	58
14	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	59
14.1	Perfil dos respondentes.....	59
14.2	Escolha da formação	60
14.3	Similaridade entre biblioteconomia e arquivologia, e os limites profissionais entre as áreas.....	61
14.4	Trajetória do exercício profissional.....	63

14.5	Atividades profissionais desenvolvidas	64
14.6	Dificuldades inerentes ao exercício profissional	65
14.7	Relações éticas e sindicais	66
14.8	Relação a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO -	68
14.9	Delimitação do serviço profissional.....	71
14.10	Demanda real e número de profissionais no mercado de trabalho	71
14.11	Sugestões dos entrevistados sobre o tema	72
14.12	Apresentação das análises extraídas das entrevistas sindicais.....	73
15	CONCLUSÃO	79
	REFERÊNCIAS	81
	APÊNDICE A – Roteiro da entrevista ao profissional.....	85
	APÊNDICE B – Roteiro da entrevista ao sindicato	87

1 INTRODUÇÃO

Os grandes saltos científicos e tecnológicos potencializam o aumento do conhecimento e de certa maneira a responsabilidade pelo gerenciamento das informações, acarretando transformações no exercício profissional dos ‘profissionais da informação’, aqui destacados os bibliotecários e os arquivistas.

É fato reconhecido a importância dos profissionais bibliotecários e arquivistas para a guarda e disseminação dos documentos e conseqüentemente, das informações neles contidos. Valentim (2000, p. 139) preconiza que “o profissional da informação tem o papel de processador e filtrador da informação e que deve exercer seu papel de forma coerente e eficiente voltado para o usuário/cliente”. Cabe-lhes a utilização de metodologias próprias de armazenamento e recuperação, com a agilidade requerida pelos usuários.

Em termos institucionais, tanto a biblioteca quanto o arquivo se destacam como importantes centros de informação. Diante das transformações ocorridas no mundo pós-moderno, a biblioteca encontra-se inserida neste contexto, conceituada como uma instituição social, e, como tal, órgão em contínua e incessante evolução. A ela que compete preservar e disseminar os valores que integram a cultura das nações e povos (TARGINO, 2006), caracterizando-se como um conjunto organizado de informações, que visa assegurar a utilidade social dos seus registros. Lemos (1998, p. 348) define a biblioteca pelos materiais com que lida:

[...] materiais impressos (livros, periódicos, cartazes, mapas etc.), ou não-impressos, como filmes cinematográficos, fotografias, fitas sonoras, discos, microformas, CD-ROMs, programas de computadores etc., organizados e mantidos para leitura, estudo e consulta.

Em relação ao arquivo, o documento é tratado em sua forma única, tornando assim o seu principio de unicidade em que cada registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence, uma vez que exemplares de um registro podem ser inseridos em um ou mais grupos de documentos.

Adolf Brenneke, 1953 (apud, SCHELLENBERG 2006, p. 37) define arquivo “como um conjunto de papeis e documentos que promanam de atividades legais

ou de negócios de uma pessoa física ou jurídica e se destinam á conservação permanente em determinado lugar como fonte e testemunho do passado.”¹ Assim, os documentos de qualquer instituição pública ou privada podem assegurar a existência de seu conjunto de atividades. Já para Schellenberg (2006, p. 25) os arquivos “[...] tiveram sua origem na antiga civilização grega. Nos séculos V e IV a.C. os atenienses guardavam seu documentos de valor no templo da mãe dos deuses, isso é, no Metroon, junto à corte de justiça na praça pública em Atenas.”

O profissional bibliotecário, além de suas várias competências, tem como princípio básico a informação, independentemente do seu suporte físico ou virtual e possui habilidades para gerir e disseminar a informação de forma relevante a seus usuários. Já o arquivista, tem como ênfase a base da teoria arquivística que compreende o principio da proveniência, organicidade, unicidade, integridade arquivista e por último a cumulatividade – estes deverão estar na raiz da organização e no funcionamento dos arquivos.

Torna-se evidente que ambas profissões tem o seu próprio campo de atuação. O bibliotecário, avalia o material a ser adquirido por sua instituição como peças isoladas e o arquivista tem como fundamento a guarda e a proteção dos documentos gerados pela instituição a qual pertence, sejam elas públicas e privadas.

Entende-se que, tanto os bibliotecários quanto os arquivistas, em alguns setores e no desenvolvimento de seus métodos, podem ajudar-se mutuamente, como salienta Schellenberg (2006, p. 51) ao afirmar que “[...] no que diz respeito á descrição física de certos tipos de materiais especializados, as duas profissões podem, livremente, empregar as técnicas uma das outras e adaptá-las às necessidades inerentes de cada uma”.

Entretanto, é recorrente encontrar no mercado de trabalho profissionais bibliotecários atuando em espaços ou desempenhando funções próprias de um arquivista. Dessa particularidade inquietante, surge o questionamento que

¹ BRENNEKE, Adolf. *Archivkunde: ein Beitrag zur Theorie und Geschichte des europäischen Archivwissens*. Leipzig, Wolfgang Leesch, 1953.

norteará esta pesquisa: a delimitação do campo de atuação do bibliotecário e do arquivista é necessária para evitar embates no campo profissional?

Por isso, pretende-se neste trabalho averiguar as áreas de atuação de ambos profissionais, relatar a história de sua formação, abordar a ética dos profissionais e, sobretudo explicitar as competências e habilidades necessárias ao exercício profissional.

Os procedimentos adotados para a realização desta pesquisa partem de um levantamento bibliográfico sobre o tema e um questionário online enviado a determinados profissionais no intuito de identificar suas áreas e seus diferentes métodos de trabalho e com isso obter uma melhor compreensão de ambos profissionais, evidenciando os pontos em que diferem no seu fazer profissional.

Isso porque com a informatização e a crescente necessidade da sociedade em adquirir as informações certas em tempo real, os profissionais da informação são levados a uma atuação dinâmica, deixando de ser um profissional passivo para se transformar em indivíduos com atitude proativa, com conhecimentos pluridisciplinares e caracterizados como intermediadores entre as informações e seus clientes, garantido a eles o atendimento adequado a suas reais necessidades informacionais, seja pelas redes eletrônicas ou formato impresso. (VALENTIM, 2000).

Portanto, este estudo servirá para uma melhor compreensão na delimitação da atuação destes profissionais, uma vez que ambos lidam diretamente com esse fluxo de informações. SMIT em seu trabalho identifica qual é essa delimitação. “As diferenças se fundamentam em dois grandes eixos complementares: os acervos e as instituições que os abrigam.” (SMIT, 2000, p. 28) De fato, estas diferenças se baseiam entre os tipos de documentos e as funções das informações nelas contidas, adequando-se aos objetivos das instituições.

O bibliotecário tem como fonte de informações suas coleções: livros, periódicos, base de dados entre outros. Já o arquivista, por sua vez, extrai essa informação de documentos gerados pelas instituições a qual se subordina.

Foi a partir desse universo, que ao mesmo tempo se contradiz e se complementa, que surgiu um interesse pessoal em conhecer melhor as fronteiras de trabalho entre essas instituições e seus profissionais e, no decorrer de nossa

caminhada acadêmica – pelos conhecimentos adquiridos, pode-se perceber que há uma invasão do bibliotecário no espaço do profissional arquivista. Este estudo, enfim, é a oportunidade de enfatizar ou refutar essa percepção intrigante e particular.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Comparar as profissões de bibliotecário e arquivista enfatizando semelhanças e diferenças.

2.2 Objetivos específicos

- a) relatar a história do profissional bibliotecário e arquivista;
- b) apresentar a formação profissional de ambos profissionais;
- c) abordar a ética dos profissionais;
- d) detalhar as atribuições dos bibliotecários e arquivistas em seus respectivos campos de atuação, bem como as competências e habilidades profissionais necessárias ao exercício profissional.

3 HISTÓRICO DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO

O homem, sendo um ser inteligente e social, desde os tempos mais remotos procurou registrar suas descobertas e experiências de forma duradoura. A princípio, estes registros eram feitos nas paredes das cavernas através da escrita pictográfica, sendo este o primeiro passo para o registro do conhecimento.

No decorrer do tempo e o desenvolvimento da humanidade, realiza-se várias descobertas e inventos, e o homem passou a tomar posse de novos recursos. Assim, controlar os registros de suas tarefas rotineiras; destas tarefas de controle surgem os documentos.

Os primeiros responsáveis por gerir estes documentos foram os eruditos - sacerdotes ou figuras da elite - que viviam reclusos em suas bibliotecas e preocupados em salvaguardar e copiar as obras dos acervos, ou um escritor “[...] a quem se oferecia oportunidade de realizar em paz a sua obra, livre de preocupações materiais.” (MARTINS, 2002, p. 332).

As bibliotecas da Antiguidade e da Idade Média não tinham como objetivo dar acesso ao grande público, pelo contrário, eram símbolos de poder e acúmulo de conhecimento para os poucos que tinham o privilégio de consultá-las.

Na Renascença, com o surgimento da tipografia, o livro ganha uma maior visibilidade e produção, tornando a biblioteca e, conseqüentemente o bibliotecário, mais populares.

Com o crescimento cada vez maior de livros e manuscritos, e também outros materiais ao longo da história como periódicos e mapas, gerou-se certa desordem e empilhamento, como observa Burke (2003, p. 97) ao afirmar que “[...] alguns contemporâneos percebiam era uma *desordem dos livros*, que precisava ser posto sob controle.” (grifo do autor). Estes precisavam ser organizados e guardados.

Nesse contexto surge a pessoa do profissional bibliotecário. Burke (2003, p. 98) salienta, “Parafrazeando Platão, poder-se-ia dizer que, para pôr ordem no domínio dos livros, seriam necessários filósofos-bibliotecários ou bibliotecários-filósofos.”

O século XVII, marca o início das primeiras bibliotecas públicas, proporcionando a abertura das instituições, até então restritas ao público, como museus e bibliotecas.

A partir da Revolução Francesa, que também foi o ápice para os ideais de uma educação pública laica e gratuita, a figura do bibliotecário começou a ganhar uma visibilidade social e a biblioteca passou a não ser mais o local do saber e conhecimento restrito, mas sim o local que deveria ser organizado de modo que todos pudessem ter acesso aos conteúdos que ela disponibilizasse.

Assim, “[...] a partir dos meados do século XIX, o Estado reconhece o bibliotecário como representante de uma profissão socialmente indispensável.” (MARTINS, 2002, p. 332). Este em sua primeira formação, se transforma em técnico puro, como afirma o autor “[...] impossível não reconhecer a estreiteza mental que decorre, frequentemente de mais, da especialização; a superestimação dos conhecimentos restritamente técnicos em prejuízo de uma cultura humanística mais vasta.”

Este perfil do profissional era até então considerado um defeito, em que o acervo se resumia em mero objeto de catalogação, classificação, não levando em consideração o campo bem mais vasto, no trato dos seus materiais.

A formação do bibliotecário não deveria se restringir apenas no seu fazer técnico, mas levá-lo a uma larga formação cultural indispensável ao seu exercício, exigindo conhecimento satisfatório em outras línguas, saber trabalhar em equipe, identificar as reais necessidades dos seus usuários/clientes, ser multidisciplinar.

[...] É preciso introduzir um sincero e real equilíbrio entre essas duas solicitações e fazer dos estudos biblioteconômicos não apenas a fonte de conhecimentos especializados de catalogação e classificação, mas também a origem de um vasto conhecimento humanístico. (MARTINS, 2002, p. 336).

O século XIX é marcado pela criação da Classificação Decimal de Dewey (CDD), criada por Melvil Dewey em 1876, caracterizado como sistema de classificação decimal para catalogar livros e documentos, que passa a ser utilizada e difundida por todas as bibliotecas do mundo, no mesmo ano ocorre a publicação da tabela de cutter, criada por Charles Ammi Cutter, com o objetivo de classificar a representação de sobrenome dos autores das obras, ao fim do século, o advogado belga Paul Otlet em parceria com Henri-Marie La Fontaine

desenvolvem a Classificação Decimal Universal (CDU), instrumento adotado para classificar e indexar o acervo bibliográfico. Também é no século XIX, que surge a ideia da criação do Controle Bibliográfico Universal (CBU), que segundo Campello (2006, p. 12) cujo “objetivo era de reunir e tornar disponíveis os registros da produção bibliográfica de todos os países, concretizando assim o ideal do acesso de todos os cidadãos ao conjunto do conhecimento universal.” (LOREIRO; JANNUZZI, 2005). É, de suma importância destacar que estes mecanismos de classificação são adotados até os dias atuais pelos profissionais bibliotecários, visando a aproximação das obras de forma organizada aos seus usuários.

No alvorecer do século XX, destacam-se as contínuas inovações tecnológicas de Informação e comunicação,

[...] desencadeou-se uma explosão informacional, a partir da qual se criou uma demanda para a emergência de um campo preocupado com a recuperação da informação, acesso e uso dessas novas tecnologias, já que a informação ganhou um valor estratégico para os governos.” (SIQUEIRA, 2010, p. 60)

Neste cenário surge a Ciência da Informação, área que está inserido o profissional bibliotecário que veio a sofrer várias modificações em seu exercício, profissional redirecionados para o ambiente da informática, trasladando seus trabalhos para os usuários, antes voltado para o acervo e o individualismo. Adota a partir de então os sistemas computadorizado para a realização de suas atividades como a aplicação do processamento de bancos de dados, automação do processamento técnico, difusão de revistas eletrônicas científicas nas bibliotecas entre outras inovações que proporcionando uma disseminação até então nunca vista.

Ao longo do tempo o profissional foi ganhando visibilidade e sua formação foi se expandindo e sendo aprimorada. A primeira formação do profissional bibliotecário no Brasil segundo Martins (2002, p. 339). “[...] começou a funcionar no Rio de Janeiro, junto à Biblioteca Nacional, em 1915, tinha a duração de um ano e compreendia o ensino de cinco disciplinas em quatro cadeiras: bibliografia, paleografia e diplomática, iconografia e numismática.”, sob a influência francesa. Seu funcionamento ocorreu de forma regular até 1922

O segundo curso a ser criado no país foi em São Paulo pelo Instituto Mackenzie, em 1929, onde as disciplinas ministradas nesse curso possuíam influência americana e adotavam técnicas desenvolvidas para a organização de bibliotecas, com Catalogação, Classificação, Referência e Organização

Na década de 40, o ensino de biblioteconomia passa por momentos de reforma em sua estrutura curricular com a incorporação do modelo pragmático americano no ensino pedagógico, outra modificação ocorrida foi à ampliação das oportunidades de acesso ao ensino, os cursos ministrados no Rio de Janeiro e São Paulo começam a disponibilizar bolsas de estudos a candidatos residentes fora desses estados. Assim, ocorre a descentralização do ensino, e a abertura de novos cursos em diversos estados brasileiros, com a contribuição dos ex-bolsistas dos cursos da Biblioteca Nacional.

A expansão da formação acadêmica foi um grande passo para o surgimento da regulamentação da profissão que será tratada no capítulo seguinte.

4 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO: HISTÓRICO DO CURSO E PANORAMA ATUAL

A formação profissional do bibliotecário no Brasil iniciou-se na segunda década do Século XX, na época foi realizada na Biblioteca Nacional com a administração de Peregrino da Silva. De acordo com Castro (2000) foi promulgado o Decreto n. 8.835, de 11 de junho de 1911, que destinava a reestruturação funcional da Biblioteca Nacional, e criação do primeiro Curso de Biblioteconomia com influência da escola francesa, École de Chartres.

As atividades foram iniciadas no mês de abril de 1915 e segundo Castro (2000, p. 53) o Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional “[...] tinha como objetivo sanar as dificuldades existentes na biblioteca há gerações quanto à qualificação de pessoal”, aliando-se a isso uma quantidade de profissionais insuficientes no exercício biblioteconômico.

Miranda (2003, p. 86) relata que o ensino de Biblioteconomia pode ser dividido em três fases de acordo os antecedentes históricos, a primeira é de 1879 à 1929 que tinha como ênfase a característica humanística, influenciada pelo ensino francês sob a liderança da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; a segunda vai do período de 1929 a 1962, sob forte influência do tecnicismo norte-americano, e a criação do segundo curso de biblioteconomia do país, em São Paulo pelo Instituto Mackenzie; e a terceira do período de 1962 em diante destacando-se a implantação de um currículo mínimo oficial para os cursos de biblioteconomia aprovado pelo Conselho Federal de Educação com características mais nacionalistas.

Corroborando com a autora acima, Castro (2000, p. 26) afirma que há uma “[...] relativa uniformidade nas divisões da história do ensino de Biblioteconomia no Brasil”. Contudo, redistribui esses períodos do ensino de graduação em Biblioteconomia no país em outras cinco fases: a primeira fase 1879-1923 – do movimento de fundação do Curso na Biblioteca Nacional por influência francesa, até sua paralisação – iniciada em 1929 até 1939; a segunda fase – com a predominância do modelo pragmático americano sobre o modelo humanista francês, até a criação do curso do instituto Mackenzie e o fechamento do curso pelo Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo – de 1940 a 1961; a

terceira efetiva consolidação e expansão do modelo pragmático americanos de ensino, o reconhecimento profissional do bibliotecário em nível superior até a criação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB); a quarta fase vai de 1962 a 1969, com a regulamentação da profissão, fortalecida pela promulgação da Lei 4084², a criação do primeiro código de ética profissional do bibliotecário e a criação do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB); e a quinta fase que vai de 1970 a 1995 que ocorre a paralisação do crescimento quantitativo dos cursos de graduação, iniciando o crescimento quantitativo dos cursos de pós-graduação.

A lei nº4.084/62 que dispõe a profissão do bibliotecário e regula seu exercício, em seu artigo 6º afirma que:

Art 6º São atribuições dos Bacharéis em Biblioteconomia, a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes:

- a) o ensino de Biblioteconomia;
- b) a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecida, equiparada ou em via de equiparação.
- c) administração e direção de bibliotecas;
- d) a organização e direção dos serviços de documentação.
- e) a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência. (BRASIL, Lei, nº 4084, 1962)

Pode-se observar que com a aprovação da lei evidencia-se a necessidade de fiscalização que se concretiza com o CFB, “[...] que tem por finalidade orientar, supervisionar, e disciplinar o exercício da profissão de bibliotecário, em todo território nacional, bem como contribuir para o desenvolvimento da Biblioteconomia no país.” (BRASIL, Lei nº 4084/62, art. 15)

No decorrer da década de 70 destaca-se a influência inglesa, em paralelo à norte-americana, que resulta em um declínio do ensino francês, voltado para o tecnicismo. No entanto, a experiência nacional se fortalece e amplia o curso ministrado no país, ou seja, o curso direciona-se para os aspectos humanísticos.

Outras observações, levantadas por Miranda (2003) mostram que na década de 70 houve um considerável crescimento econômico no país o desenvolvimento do ensino superior no Brasil acompanha um aumento

² BRASIL. Lei nº 4084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Disponível em: < [http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm)> Acesso em: 05 jun. 2013.

tecnológico diretamente ligado à área de comunicação. Cria-se mais bibliotecas especializadas e universitárias gerando grande influência nas oportunidades de trabalho. Aliado a isso, o país passa por um período de abertura política, o que vem a ser um benefício para o desenvolvimento e reconhecimento dos profissionais bibliotecários, com isso, a formação profissional em Biblioteconomia passa a exigir uma auto avaliação dos seus programas de ensino, o que leva a formação não apenas em seu sentido técnico, mas indo além, a fim de despertar o senso crítico da realidade, adaptando-se ao papel social da profissão.

O marco histórico importante para a área foi a criação da Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), em 1967 e que tinha como princípio o aprimoramento do ensino de biblioteconomia no país visando contribuir exaustivamente para a implantação de um novo currículo em 1982, segundo Souza (2011, p. 205)

O currículo de 1982 promoveu uma pequena diminuição da parte técnica e aí as pessoas começaram a voltar um olhar mais para a área de administração e houve, realmente, uma pequena evolução aí. Ou seja, deu-se a saída da catalogação, da classificação como núcleo central da biblioteconomia. A existência da ABEBD trouxe a vontade de inserção de mais disciplinas no programa, como a Psicologia, a Antropologia e de ser trabalhada a metodologia da pesquisa; a presença de um docente mais qualificado do que somente o profissional bibliotecário. Isso trouxe qualidade de ensino

Evidencia-se que todos esses esforços para a implantação do currículo pleno levaram ao aprimoramento em torno do aperfeiçoamento didático-pedagógico dos docentes visando dar mais visibilidade a formação profissional dos bibliotecários. Outro fator que merece destaque na nova formação profissional foi a influência da tecnologia e da automação nos serviços das bibliotecas.

As constantes avaliações e discursões sobre o ensino de biblioteconomia pela ABEBD contribuiu para a implantação do estágio obrigatório no plano curricular dos discentes e, segundo Guimarães (1997, p. 133) com a “concepção do estágio como um espaço de vivência profissional, onde o educando tem a oportunidade de aplicar os conteúdos veiculados pelo curso em situações concretas.” A formação dos discentes passou a aproximar a atuação profissional aos conhecimentos teóricos da área.

Os debates para a inserção da implantação do trabalho de conclusão de cursos (TCC), incentivando os professores na produção e desenvolvimento de pesquisa, adotando uma nova postura de pesquisador foi outro aspecto importante.

Contudo, a ABEBD foi submergindo devido a dificuldades jurídicas e os desaparecimentos de documentos que garantiam sua sobrevivência corporativa associativa. O ano de 2001 data a criação da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN) “[...] com a finalidade de assegurar o debate sobre a formação de pessoas comprometidas com a manutenção e a ampliação de um corpo profissional atuante nos campos das práticas da Ciência da Informação.” (ABECIN, 2011)

É importante ressaltar, ainda, os esforços realizados pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecário (FEBAB), que visa concretizar as reivindicações da classe, estabelecendo orientação e coordenação das atividades desempenhadas pelos profissionais. Valentim (2000) preconiza que a FEBAB “[...] congrega as associações estaduais, que perseguem o objetivo de promover a atualização profissional através de eventos, publicações e cursos, assim como busca o fortalecimento da imagem do profissional no país.” Unindo esforços para concretização das reivindicações profissionais, que até então era dispersa e não tinha forças de atuação no mercado, e era exercida por grupos isolados, essa entidade busca contribuir para a unificação das representações a fim de legitimar as aspirações dos bibliotecários.

Com sucessivas transformações em seus históricos e a criação de novos cursos criados a partir da BN, atualmente, segundo dados do Ministério da Educação, e-MEC³, têm-se 44 cursos de biblioteconomia no país, sendo 42 com aulas presenciais e 02 cursos a distância distribuída por todos os estados brasileiros.

Uma questão relevante a ser destacada em termos de formação do profissional bibliotecário é em relação à classificação da Biblioteconomia como área de conhecimento. Segundo a Tabela de Áreas de Conhecimento do MEC – que congrega todas as grandes áreas – a Biblioteconomia faz parte da Grande

³ Ministério da Educação, e-MEC1, que obtém o registro das Instituições de nível superior do país hoje. Disponível em: < [http:// emec.mec.gov.br/](http://emec.mec.gov.br/)> Acesso em: 22 abr. 2013

Área Ciência da Informação. A característica das grandes áreas é a “aglomeração de diversas áreas do conhecimento em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos.”⁴. Por isso, além da Biblioteconomia, encontra-se sob a ótica da Ciência da Informação a Arquivologia e a Organização de Arquivos.

Ao classificá-las no mesmo nível, evidencia-se que os procedimentos metodológicos de ambos se assemelham. No entanto, esta característica às vezes não é bem aceita pela comunidade acadêmica e sociedade, como pode ser visto nas colocações de Marcondes (2011) ao distinguir as áreas pelos materiais com que lidam. O autor afirma que: “Documentos e informação, enquanto objetos destas áreas de conhecimento têm interfaces, participam de processos comuns, mas não relações de gênero-espécie, como pode fazer crer a Tabela de Áreas do Conhecimento CAPES/CNPq.” (Marcondes, 2011, p. 222).

Outro tipo de comparação entre as profissões de bibliotecários e arquivistas, pode ser observada na classificação apresentada pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) que temo bibliotecário como profissional da informação e o arquivista com uma ligação maior para a Administração. Essa ótica não corresponde à realidade adotada pelo MEC. Conseqüentemente, cria-se um embate entre os profissionais em relação a estas colocações. Uma solução é apontada por Miranda (2003) ao salientar que

Uma das saídas possíveis é a do ensino integrado de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, a partir de um tronco disciplinar unificado. Os novos profissionais da área de documentação e informação cursariam disciplinas comuns, aprofundando em seguida seus conhecimentos profissionais em outras disciplinas próprias de cada área, abrindo espaço para a solução teoria e administrativa comum às referidas áreas de atuação, hoje estanques. Uma formação conjunta facilitaria a solução mais racional e abrangente dos problemas informacionais, consolidando uma área de cooperação efetiva entre bibliotecas, arquivos, museus e sistemas de informação em geral, além de possibilitar uma integração maior entre as três profissões em termos de representação sindical.

A tendência predominante neste enfoca ainda geraram discursões em toda sociedade, a fim de atingir o objetivo da plena satisfação dos profissionais. Alguns bibliotecários mostram-se excessivamente otimista, nas ideias apontadas por

⁴ TABELA de Áreas de Conhecimento. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>>. Acesso em: 05 set. 2013.

Miranda, da criação de um a Ciência Única, mas, nota-se que ainda existe muita polêmica em torno do tema.

A CBO que “[...] tem por finalidade identificações do mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos” e por isso será aqui utilizada como parâmetro para direcionar as atribuições tanto do profissional bibliotecário quanto arquivista.

No que tange ao bibliotecário, a CBO o Classifica como profissional da informação pelo código 2612-05 BIBLIOTECÁRIO - Bibliógrafo, Biblioteconomista, Cientista de Informação, Consultor de Informação, Especialista de Informação, Gerente de Informação, Gestor de Informação. De acordo com essa delimitação o bibliotecário poderá exercer atividades como: documentalista e analista de informações como pesquisador de informações de rede.

A CBO descreve sumariamente o profissional como: profissional que disponibiliza a informação em qualquer suporte administra as unidades de informação biblioteca, centro de documentação, rede informacionais, trata tecnicamente os acervos, dissemina, objetivando facilitar o acesso aos conhecimentos, auxilia nos desenvolvimentos de pesquisas, visa difundir a cultura, e por fim prestar serviço de assessoria e consultoria.

A CBO caracteriza-se como fonte de informação importante para as estatísticas nacionais dos registros administrativos do governo, a fim de uma prestação de serviços e intermediação de mão de obra e elaboração de currículos e programas de qualificação dos trabalhadores. É considerado um documento normalizador que nomeia a titulação e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro, dando-lhes a classificação, sem o intuito de regulamentar o profissional.

Com base nas descrições da CBO e da literatura a respeito, será abordado a seguir as competências e habilidades requeridas aos profissionais bibliotecários.

5 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PROFISSIONAIS DO BIBLIOTECÁRIO

É oportuno aqui refletir as competências e habilidades do profissional bibliotecário, tomando por premissa o ambiente onde está inserido.

A competência, de acordo com Rosa (2002, p. 238) é a “[...] capacidade decorrente de conhecimento profundo que alguém possui sobre um determinado assunto, fazer determinada coisa, aptidão, idoneidade.” Por assim dizer a competência esta relacionada à capacidade de compreender e do saber. Segundo Mello (2003, p. 14)

[...] a competência só pode ser constituída na prática. Não é só o saber, mas o saber fazer. Aprende-se fazendo, numa situação que requeira esse fazer determinado. Competência é a capacidade de mobilizar conhecimentos, valores e decisões para agir de modo pertinente numa determinada situação.

Por tais, o bibliotecário inserindo na sociedade da informação, deve cada vez mais aprimorar seus conhecimentos, para ter um espírito de iniciativa na tomada de decisões e, através de suas experiências, saber agir responsável, o que implica saber mobilizar, integrar e transferir conhecimentos, recurso e habilidade, em seu contexto profissional, a fim de resolver possíveis indagações ou problemas no seu cotidiano de trabalho.

Neves e Longo (1999-2000, p.168), em suas pesquisas de mestrado, caracterizam as habilidades e competências existentes nos profissionais bibliotecários na atuação da gestão do conhecimento:

- conhecerem o material apropriado para a organização e ao cliente;
- julgam informações necessárias;
- têm competência na organização, tratamento e disseminação da informação;
- avaliam os efeitos do uso da informação na organização;
- reconhecem a informação útil para a criatividade dos indivíduos;
- classificam, representam e armazenam informações;
- estruturam, catalogam e analisam criticamente informações;
- possuem conhecimento de softwares específicos de armazenagem de informação;
- localizam informações relevantes;
- dominam sistemas de indexação.

Dessa forma, a competência e a habilidade são virtudes nitidamente atreladas para o bom desenvolvimento das atividades do profissional, que, por sua vez, demanda da experiência teórica e prática. Resende (2000, p. 32) considera que: “Competência é a transformação do conhecimento, aptidões,

habilidades, interesse, vontade, etc. em resultados práticos. Ter conhecimento e experiência e não saber aplicá-los em favor de um objetivo, de uma necessidade, de um compromisso, significa não ser competente.” Na prática profissional, o bibliotecário deve estar preparado para enfrentar com competência e criatividade os problemas cotidianos, não se eximindo das intervenções a serem feitas para o bom desenvolvimento de seu exercício profissional.

Assim, ao associarmos essa combinação de competência, conhecimentos e comportamento do indivíduo estamos reforçando a capacitação dos referidos profissionais no desenvolvimento de suas atividades, resultando um fortalecimento da interação da equipe no desempenho de suas tarefas.

A habilidade é entendida como a capacidade de realizar um serviço ou um conjunto de serviços, estando este em conformidade com determinados padrões exigidos pelas organizações, e assim, colocar em prática as aptidões adquiridas através dos seus conhecimentos. Nessa linha, as competências/habilidades são inseparáveis da ação.

O profissional bibliotecário é o intermediador da informação responsável por gerir os conhecimentos, fortalecendo o que já foi dito por Valentim (p.13) “[...] deve perceber claramente seu papel de processador e filtrador da informação e utilizá-lo de forma coerente e eficiente, voltado para o usuário/cliente.” Portanto, deve imprescindivelmente estabelecer uma correlação entre seus conhecimentos técnico-profissional e conhecimento pessoais, para perpetuar sua característica de um agente de mudanças e, sobretudo um promotor da cultura aos seus clientes.

Considerando que o profissional busca sempre seu aprimoramento contínuo a fim de atender as habilidades e competências demandadas pelo mercado de trabalho emergente, Neves (2002 apud LOUREIRO; JANNUZZI, 2005, p. 144.) citam:

[...] entre as características mais requeridas para esse profissional, as habilidades comportamentais, as quais não advêm de curso ou estudos e dependem, na maioria das vezes, da iniciativa do próprio trabalhador: por exemplo, a capacidade de atuar em equipe, a facilidade de comunicação, e capacidade de identificar e jogar a importância das informações, o

envolvimento com o cargo, a criatividade, a motivação, a liderança, o dinamismo, a flexibilidade entre outros.⁵

E, por fim, a competência comportamental esta nitidamente ligada à interação com as pessoas, possibilitando a combinação das várias competências e habilidades dos indivíduos, ao desenvolver projetar, produzir e distribuir produtos e serviços aos seus clientes/usuários, alcançando assim a combinação e interação dos recursos humanos da unidade de informação.

No estudo realizado por Faria et al. (2005) as autoras traçam um paralelo das competência do profissional da informação frente aos atuais paradigmas das empresas, tomando por base na pesquisa de Gramigna (2002), realizada no período de 1997 a 2000 com as da CBO. O resultado é um quadro relacionando as competências pessoais do profissional de acordo com a CBO e as demandadas pelas organizações, apresentando a seguir:

QUADRO 1 – Competências do profissional da informação e suas correspondências no núcleo de competências exigidas pelas organizações

N.	Competências do Profissional da Informação na CBO	Competências Requeridas Pelas Organizações
1.	Manter-se atualizado	Disposição para mudanças
2.	Liderar equipes	Liderança
3.	Trabalhar em equipe e em rede	Afetividade + sociabilidade
4.	Demonstrar capacidade de análise e síntese	Análise e síntese/ou avaliação
5.	Demonstrar conhecimento de outros idiomas	Comunicação
6.	Demonstrar capacidade de comunicação	Comunicação
7.	Demonstrar capacidade de negociação	Negociação
8.	Agir com ética	Ética ou liderança
9.	Demonstrar senso de organização	Organização e planejamento
10.	Demonstrar capacidade empreendedora	Realização
11.	Demonstrar raciocínio lógico	Criatividade + outras capacidades cognitivas
12.	Demonstrar capacidade de concentração	Atenção/priorização
13.	Demonstrar proatividade	Antecipar ameaças
14.	Demonstrar criatividade	Flexibilidade/criatividade

Fonte: FARIA, et al., (2005, p. 30)

⁵ NEVES, E.C. **Profissional da informação**: habilidades e competências na Era do conhecimento 2002. 125 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da informação) Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, Pontifício Universidade Católica de Campinas, 2002.

Ao elaborar este paralelo as autoras realizam a seguinte análise das competências do profissional:

- a) a competência “manter-se atualizado” pode ser equiparada à competência “disposição para mudanças”, que é a capacidade de gerar alternativas para o trabalho, alternando rotinas para adequá-las às necessidades. Trata-se da capacidade de inovar e propor mudanças em suas estratégias de atuação, em que atualização é um pré-requisito;
- b) a competência “trabalhar em equipe e em rede” é correlata à competência “afetividade”, que é a capacidade de estabelecer compromissos com abertura e transparência, criando vínculos que favorecem a atuação em equipes e o compartilhamento de estratégias e interesses. Define a qualidade dos compromissos que as pessoas estabelecem e a “sociabilidade”, que é a capacidade de adaptar-se ao contexto e de ampliar sua rede de relacionamento;
- c) a competência “conhecimento de idiomas” é considerada um desdobramento da competência “comunicação” – que é a capacidade de expressar-se de forma clara, precisa e objetiva, bem como habilidade para ouvir, processar e compreender o contexto da mensagem, argumentar com coerência, usando feedback de forma adequada e facilitando a interação entre as partes;
- d) a competência “ética” é apontada como um desdobramento da competência “liderança” em algumas empresas e isolada em outras; a autonomia moral, através da capacidade de enfrentar as novas situações que exigem posicionamento ético;
- e) a competência “capacidade empreendedora” pode ser equiparada à competência “realização” que traduz a disposição aos desafios e capacidade de se automatizar diante das situações ainda não experimentadas. Mostra o grau de motivação com que o profissional se envolve nas diversas situações de trabalho e sua ambição para crescer;
- f) a competência “raciocínio lógico” não tem sido empregada no núcleo de competências das empresas investigadas. Arriscamos aqui a considerar que a indissociabilidade entre o consciente racional e as atividades criativas leva as organizações a nomear a criatividade para representar as competências cognitivas;
- g) a competência “demonstrar capacidade de concentração” pode ser equiparada à competência “atenção/priorização”, que revela a visão global e percepção do contexto, capacidade de finalização e forma com que define prioridades em seu trabalho. Revela a capacidade de atender a demandas externas, refazendo sua programação de trabalho;
- h) a competência “demonstrar proatividade” tem equivalência com a competência “antecipar ameaças”, que revela a capacidade para antecipar ameaças e oportunidades e promover ações estratégicas.

Constata-se que as competências pessoais atreladas às exigências das empresas visa a obtenção de aperfeiçoamento tanto profissional quanto organizacional, garantidos a partir da boa aptidão ao desempenhar suas atividades, proporcionando as organizações um diferencial competitivo, através do fortalecimento entre empresas e profissionais, o que de certo modo está de acordo com as competências regulamentadas pela CBO.

Com o intuito de melhor visualizar a atuação do profissional, será abordado no capítulo seguinte o mercado de trabalho e a atuação do bibliotecário.

6 MERCADO DE TRABALHO DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO

O mercado de trabalho, de modo geral é um “conjunto de relações entre compradores e vendedores de trabalho, ou seja, entre patrão e empregado,” onde realiza-se um intercâmbio cooperativo de funções. (Dutra, 2006, p. 181)

A atuação do profissional bibliotecário neste cenário, o apresenta como um catalizador e processador de informações, que torna o conhecimento acessivo às pessoas e às organizações, proporcionando a todos um diferencial na competitividade e transformação do conhecimento. Nesta perspectiva, o bibliotecário tem como foco gerenciar as informações financeiras, estatísticas, mercadológicas, geográficas, ambientais, necessárias à gestão dos negócios das instituições.

Convém ressaltar a análise realizada por Valentim (2000, p. 141) ao categorizar que o bibliotecário atua em três grandes grupos: “a) mercado informacional tradicional; b) mercado informacional existente não-ocupado; c) mercado informacional - tendências.”

No primeiro grupo se enquadra o tradicional, identificado pelos ambientes das bibliotecas, públicas, escolares, universitárias especializadas, centros culturais que visam proporcionar:

[...] atividades estão relacionadas ao ensino sistemático da Língua Portuguesa falada no Brasil; à difusão da Literatura Brasileira; à distribuição de material informativo sobre o Brasil; à organização de exposições de artes visuais e espetáculos teatrais; à co-edição e distribuição de textos de autores nacionais; à difusão de nossa música erudita e popular; à divulgação da cinematografia brasileira; além de outras formas de expressão Cultural Brasileira, como palestras, seminários e outros. (BRASIL, 2013)

Outros tipos de bibliotecas que segundo Valentim (2000) encontram-se neste grupo são as bibliotecas mantidas por arquivos públicos e museus localizados nos grandes centros urbanos.

O segundo grupo que se caracteriza pelo mercado informacional existente e não-ocupado refere-se na maioria das vezes as bibliotecas escolares que não tem sob sua gerencia bibliotecários capacitados e tão menos profissionais aptos para seu exercício. Outro âmbito dessa realidade são as editoras e livrarias que possuem um número restrito de profissionais, que por sua vez, poderia estar

contribuindo em muito para os trabalhos realizados nas editoras como normalização das publicações, no desenvolvimento das coleções, no trabalho de aquisição e seleção, e principalmente na organização e recuperação das informações ao seu público.

Outros nichos de mercado não-ocupados são os provedores da internet e as bases de dados, considerados um grande mercado para o profissional bibliotecário, “porquanto eles necessitam organizar, processar e disseminar as informações contidas em seus *sites* e precisam disponibilizar mecanismos de busca eficientes para os usuários do sistema.” (VALENTIM, 2000, p. 143), este ambiente hoje está em fase de expansão, mas ainda não há fortes indícios da atuação do bibliotecário no ramo.

E, por fim, no terceiro grupo do mercado informacional do bibliotecário, intitulado tendências, a autora destaca,

Os centros de informação/documentação das empresas privadas que evidencia um grande mercado a ser explorado pelos profissionais da informação, a fim de colocar em prática sua habilidade de gerencial da informação.

Base de dados que proporciona a recuperação das informações em tempo real aos seus usuários, consolidada a partir de um bom trabalho técnico desenvolvido pelo bibliotecário.

Portais de conteúdo onde o profissional da informação será imprescindível nos aspectos relativos à seleção, tratamento e mediação de informação, dando lhes um valor imensurável no trato repulsivo de informações desnecessárias para as organizações.

Valentim (2000) ainda enfatiza que:

[...] o profissional da informação deverá ser mais observador, empreendedor, atuante, flexível, dinâmico, ousado, integrador, proativo e, principalmente mais voltado para o futuro. A formação, portanto, deve estar direcionada para a obtenção de um profissional que atenda essas características.

Empresas privadas são ambientes em que o profissional tem por atribuição o gerenciamento da informação, selecionando e disseminando conhecimento relevante, para o bom desenvolvimento da organização, fazendo uso de suas habilidades tecnológicas, transferindo ou distribuindo informações a todos que precisam, este é um mercado emergente na atualidade, onde as empresas estão

buscando o aperfeiçoamento constante, tornando-se um diferencial no mercado competitivo, o que constata a importância do bibliotecário no gerenciamento da informação, definida por Wah (2000, p. 51) como:

[...] uma ferramenta gerencial para administrar o conhecimento e a informação e agregar-lhes valor ao filtrá-la, sintetizá-la e resumí-la, permitindo aos utilizadores - trabalhadores do conhecimento/ tomadores de decisão – conseguir a informação necessária para passar à ação.

As empresas que têm esta percepção do mercado, estão viabilizando a atuação do profissional como facilitador do fluxo de informação ao seu seguimento administrativo.

Assim, o que concerne a atuação do bibliotecário nas empresas é seu comprometimento com a missão organizacional, conhecer os produtos e serviços da empresa, ser um consultor interno da informação, ser um especialista, dedicado ao trato de informações, conhecer e saber utilizar as tecnologias de informação, tendo sempre como premissa a satisfação das demandas de informação da equipe empresarial.

Ao mencionar a formação do profissional, várias iniciativas estão sendo realizadas com o intuito de qualificar e aperfeiçoar as atividades dos futuros profissionais, bibliotecários como as constantes reformulações em seu currículo pleno, criação de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorados, o que visa favorecer o reconhecimento profissional.

Diante deste aspecto, Abreu e Campello (2000, p. 96) realizaram um estudo no período de 1995/1996 pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, em que foi apresentada uma proposta de alteração curricular e de criação do curso noturno de biblioteconomia afim de, atender às demandas da sociedade e as exigências do mercado. As autoras observaram que houve alterações no mercado de trabalho deste profissional, “devido a transformações conjunturais e tecnológicas que estão ocorrendo, com impactos decisivos sobre a profissão e o ensino de biblioteconomia.” Fica explícito nesta pesquisa o objetivo de “conhecer a realidade do mercado de trabalho, visando a obter insumos para o planejamento estratégico da EB”. Identificando novas possibilidades para a sua atuação e participação na sociedade. (ABREU; CAMPELLO, 2000, p. 96)

Ainda nesta perspectiva as autoras supracitadas analisam

Outro fator que tem influenciado a capacitação deste profissional é o desenvolvimento da tecnologia da informação, que vem causando profundas modificações nas técnicas de tratamento e de fornecimento da mesma. Atualmente, a atividade do bibliotecário não é somente restrita aos limites físicos de uma biblioteca e de uma coleção, mas transpor barreiras físicas e institucionais. Assim sendo, a biblioteca passará a ter um acervo menos tangível, chegando ao que hoje se denomina *biblioteca virtual* (ABREU; CAMPELLO, 2000, p. 100 grifo do autor)

Dessa forma, identifica-se a necessidade de perfis profissionais distintos para atender a demanda no mercado, o que não exige o profissional a uma atualização continuada, prevendo as mudanças no mercado de trabalho.

Em síntese, considerando o panorama atual em que as informações estão dispersas e ao mesmo tempo disponíveis em ambientes tradicionais e virtuais, os bibliotecários devem estar preparados para assumir a responsabilidade de buscar, recuperar, reunir e processar a informação certa, na hora certa, para os indivíduos que atuam nas empresas, afim de contribuírem para sua inteligência competitiva, apresentando capacidade de inovação e de adaptação às rápidas mudanças do mercado.

Sobretudo, para o fortalecimento de sua vida profissional o bibliotecário precisa como afirma Valentim:

[...] perceber qual realidade está vivenciando, primeiramente entender o ambiente em que atua, num segundo momento criar mecanismos eficientes de atuação na sociedade e, finalizando, enfrentar as mudanças cada vez maiores, antecipando-se às necessidades futuras da sociedade. (Valentim, 2000, p.136)

É de extrema importância o papel econômico da informação como subsídio para o desenvolvimento do cidadão e sobrevivência de muitas empresas, sendo evidente a necessidade de profissionais bibliotecários engajados na transferência de conhecimentos, visualizando desta forma seus espaços de atuação.

Outra análise a ser levantada para a visibilidade do profissional bibliotecário frente ao mercado de trabalho é a criação e efetivação de seus sindicatos. Hoje existem constituídos no Brasil três sindicatos: Sindicatos dos Bibliotecários de São Paulo (SINBIESP), Sindicato de Bibliotecários do Paraná (SINDIB/PR), Sindicato dos bibliotecários do Rio de Janeiro (SINDIB/RJ), dentre outros sindicatos em discussões para sua implantação, destaca-se o do estado de Santa Catarina (Pró- SINDIBLIO/SC), bem como o do Maranhão (SINDIB/MA).

Em conformidade com seus objetivos os sindicatos visam defender os direitos e interesse coletivos ou individuais da categoria, propiciar a organização da classe promovendo eleições de representantes e delegados sindicais, amparar a categoria através de serviços de assessoria jurídicas, valorizando o profissional no mercado de trabalho. Ao abordar a questão sindical as autoras Spudeit; Führ (2011, p. 248) complementam que:

Na sociedade atual, é crescente a necessidade de organização e representação das profissões por meio das entidades e órgãos de classe, pois essas instituições agrupam os profissionais visando a coletividade e a defesa dos interesses da categoria e dos profissionais que a compõem, além disso, favorece a valorização, o reconhecimento, e, principalmente, o fortalecimento da profissão na sociedade.

Ampliando a visão das autoras acima citadas, é importante ressaltar que, se a função dos sindicatos é de defender os direitos trabalhistas a representação profissional junto aos órgãos jurídicos, governamental, empresarial, cabe aos profissionais conscientizarem-se da importância de seu engajamento na atuação em prol da profissão, assim como cabe a conscientização da sociedade e a harmonia e participação ativa dos profissionais no mercado de trabalho. Esse sim seria o sentido pleno da valorização da profissão pela sociedade.

7 ÉTICA PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO

A palavra Ética provém do grego Ethos, que significa analogamente “modo de ser” ou “caráter” enquanto forma de vida também adquirida ou conquistada pelo homem. (STUMPF, 2011 p.105)

A ética tem como principio servir de método para os direcionamentos em relação à vida e aos interesses da população, com uma função política, no sentido mesmo do coletivo.

Com a ética profissional o individuo aprende o que é sua unidade enquanto grupo particular, relativamente à sociedade, significando, portanto, a politização de sua profissão, isto é na sua interação com os demais grupos dentro da sociedade, assim ocorre a interação permanente, desta forma gera uma reflexão que o próprio grupo pode fazer sobre si mesmo relativamente à sociedade

A ética profissional do bibliotecário no contexto brasileiro foi apresentada por Laura Garcia Moreno Russo, em seu primeiro documento que trouxe a abordagem desta questão, na ocasião do III Congresso de Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em 1961.

A autora sugeriu um anteprojeto de um código de ética profissional do bibliotecário brasileiro. Juntamente com ele, a tese Deontologia e ética profissional escrita pela própria autora do anteprojeto, foi enviada à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, a associações de classes/ escolas de Biblioteconomia e para alguns bibliotecários líderes com o intuito de receber críticas e sugestões. Este documento explicita oito itens: [...] exercido da profissão, das relações com o público e com os colegas, da prestação de serviços, da aceitação de trabalho, das críticas, das associações de classe, da observância do código e modificação e vigência deste código. (CASTRO, 2000, p. 191).

O código teria a finalidade de regular a conduta do bibliotecário, no seu fazer profissional e é composto de:

Corpo de normas reguladoras da conduta profissional do bibliotecário, Comumente, estas normas determina os deveres do bibliotecário, com relação a comunidade em que atua e à biblioteca que dirige, a sua profissão e a seus colegas (BUONOCORE,1976 apud CASTRO, 2000, p. 190)⁶

Deste modo, enfatiza a necessidade do bibliotecário se preservar contra a penetração de outros profissionais no fazer biblioteconômico.

Após ser analisado, e avaliado as críticas e sugestões, foi direcionado em 21 de janeiro de 1962, para a Assembleia Anual da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), em que foi avaliado e redigido a redação final, por meio da comissão responsável formada por: Maria de Lurdes Claro de Oliveira, Diretora Social da Associação Brasileira de Biblioteconomia, Maria Dorothea Barbosa, Presidente da Associação dos Bibliotecários do Paraná e Adélia Leite Coelho, Presidente da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal.

Então, no ano de 1963, durante a realização do IV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD), foi aprovado o primeiro código profissional dos bibliotecários brasileiros. Com a criação do Conselho Federal de Biblioteconomia, na data de 1966, o código sofre sua primeira alteração, porém sem modificações significativas em relação à primeira versão. Já na sua segunda alteração, ocorrida em 1974, enfatiza-se a necessidade de combate ao exercício ilegal da profissão,

[fazendo com que o bibliotecário denunciasse] todo ato de investidura em cargos ou funções dos que não estejam legalmente habilitados ao exercício da profissão do bibliotecário, bem como a expedição de diplomas, licenças, atestados de idoneidade profissional e outros, dos que estejam nas mesmas condições (MATTOS, 1997 apud CASTRO, 2000, p. 192)⁷.

A terceira alteração do código acontece em 1986, quando houve uma tentativa de circunscrever o código anterior, suprimindo os artigos que pretendiam unificar conduta pessoal, e interpretações subjetivas e as dificuldades de “aplicação das penalidades prescritas dentro dos princípios de justiça” (CUARTAS; PESSOA; COSTA, 2003).

⁶ BOUNOCORE, Domingos. **Dicionário de Bibliotecolgia**. Buenos Aries; Marimar. 976. 476 p.

⁷ MATTOS, Maria Antonia Ribas Pinkke Belfort de. **Ética profissional do bibliotecário**. Campinas: [s.n.], 1977. 60 p.

A quarta alteração do código foi acrescida de informações que visaram à necessidade de modernizá-lo, em face das transformações ocorridas na sociedade da informação, do acelerado desenvolvimento das tecnologias, e, sobretudo, do impacto tecnológico na conduta do bibliotecário, tornando imprescindível uma nova alteração do código que redirecionasse regras de condutas, adaptando-se ao novo contexto profissional.

Evidencia-se que a quarta alteração constitui a configuração atual do código de ética profissional do bibliotecário, referente a resolução CFB Nº 42, de 11/01/2002.

Atualmente, o código de ética profissional implica a recomposição de um referencial de valores básicos para a orientação do comportamento, devendo direcionar sua conduta pessoal dentro das normas trazidas pelo código de ética, sendo condizentes em suas práticas profissionais. É o que afirma em seu primeiro artigo, a necessidade de socialização entre os indivíduos, Art.1º, “[...] tem por objetivo fixar normas de conduta para as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades profissionais em Biblioteconomia.”

O Código de Ética do Profissional Bibliotecário está dividido em oito seções, que se subdividem em vinte artigos abordando desde deveres e obrigações, normas de condutas, passando pelos direitos, proibições, caracterização indisciplinar, aplicações de sanções, até orientação quanto à remuneração, a disposições gerais do código. Essa modificação não o exime de possíveis novas alterações na adequação da realidade social, sendo cabível apenas ao Conselho Federal de Biblioteconomia, mediante propostas dos Conselhos Regionais ou de Conselheiro Federal (Art. 19, Resolução nº 42 de 11/01/2002)

Silva (2006) ao desenvolver seu trabalho de conclusão de curso, tese uma análise do Código de Ética do Bibliotecário com o objetivo de propor mudanças em sua redação sugere perante sua macroestrutura uma série de alterações onde se destaca a seguinte observação:

[...] que o Código apresente uma seção com a definição do profissional bibliotecário, para que todos tenha conhecimento do profissional ao qual são aplicadas tais normas de conduta. [Sendo] útil aos usuários e demais indivíduos não inseridos no grupo profissional em questão, de maneira a caracterizar o Bibliotecário e o relacionar com os direitos e deveres, normas de relacionamento e proibições presentes no Código, facilitando denúncias

de transgressões às normas e demais esclarecimentos. (SILVA, 2006, p. 27)

A autora ainda propõe que seja realizada uma comissão de ética com o objetivo de avaliar e adequar da norma a dignidade do profissional, sendo que “O Ideal seria refletir, tendo-se em vista o melhor para a Sociedade em que está inserida.” (SILVA, 2006, p. 42)

Portanto, após a análise do tema conclui-se que cabe ao bibliotecário realizar suas atividades com responsabilidade, sabendo respeitar seu usuários/clientes, e que suas ideias sejam sempre pautadas na função social, vivenciando seu comprometimento ético para com a sociedade.

O próximo capítulo irá analisar os mesmos aspectos aqui discutidos, mas sob o prisma do profissional arquivista, dando continuidade aos propósitos deste trabalho.

8 HISTÓRICO DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA

Paralelamente, a evolução histórica do bibliotecário, vem se consolidando o profissional arquivista, não sendo diferentes seus esforços na superação de obstáculos para o alcance do reconhecimento profissional.

Há vários indícios que os profissionais da informação, arquivistas e bibliotecários, tiveram suas origens atreladas, uma vez que, suas atividades se confundiam, e eram vistos como uma classe única, no controle e tratamento dos manuscritos.

Corroborando com Rousseau e Couture, há dificuldades de descrever o histórico da formação do arquivista, pois, os arquivistas não manifestam empenho em reescrevê-lo. “Existe poucos textos acerca desta função, dado que a documentação atribui mais importância aos documentos do que àqueles que têm a missão de conservá-los.” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 42). Com efeito, observava-se a relação profissional do arquivista, atribuída ao “título ligado à função daquele que guarda os documentos” juntamente com a administração dos governantes, fato constatado no breve histórico elaborado pelos autores citados:

Nas civilizações antigas – nas do Egito dos faraós, entre outras (sic) – a tarefa de autenticar e conservar os documentos era confiada a um funcionário superior do Estado ao serviço do rei, assistido por escribas que transcreviam os documentos [...]

Na Grécia, segundo o arquivista-historiador Jean Favier, a responsabilidade dos documentos administrativos era confiada aos principais magistrados da cidade prítanes. ‘Os trabalhos arquivísticos eram efectuados por escravos públicos qualificados cuja situação era relativamente invejável’

Em Roma, é aos questores que é confiada a tarefa de conservar os documentos. Os questores eram magistrados encarregados de presta assistência aos cônsules em questões financeiras. Encontramos também os tabularia cuja função principal era arquivar e conservar os documentos. [...]

É por volta do século XII, em França, com o advento das comunas e das cidades que vamos encontrar na administração a presença de uma pessoa destacada para as tarefas relativas aos arquivos. As comunas e cidades confiavam ao secretário-escrivão municipal ou a um almotacé o cargo... de velar pela boa conservação dos arquivos. É designado “[...] arquivista, secretário, guarda dos arquivos.” O trabalho destes arquivistas será contudo de valor desigual, mas é àqueles que levaram a peito a sua função que devemos a qualidade dos actuais arquivos departamentais em França. (sic). (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 43-44)

Contudo, o crescente número de volumes de registros, criados na Idade Média e o interesse dos governantes de países como a Inglaterra, a Espanha e a França em ter o controle sobre a população, contribui para a criação de repositórios informacionais, Burke (2002, p. 128) afirma que “[...] No curso do século XVI e XVII, certo número de depósitos foi criado ou pelo menos reorganizados, principalmente para permitir que os funcionários recuperassem informações com agilidade.” Estes funcionários a princípios eram pessoas ligadas à família, clero, pessoas nomeadas pelos governantes, e estudiosos, sendo chamados de arquivistas ou curadores dos documentos, exerciam a atividade de guarda, organização e indexação.

É possível identificar que o controle das informações estava até então direcionada para a administração dos governantes da época, de maneira a ter o monopólio da informação, visto como meio de atingir o poder, fato este que tomou novos rumos na Revolução Francesa, dando acesso ao público pelo menos na teoria.

O progresso para a formação do profissional arquivista demanda de séculos de trabalhos até o seu reconhecimento formal:

A formação em arquivística inicia-se no século XIX, com a criação de grandes centros especializados: École de Chartes em Paris em 1821, a de Viana em 1854, a de Madri em 1856 e a de Florença em 1857. A par destas instituições especializadas encontramos universidades tanto na Europa como em África e na América, que oferece uma formação arquivista no primeiro, segundo ou terceiro ciclo universitário, no programa de história de ciência da informação ou noutros. A criação de uma secção sobre a formação e o aperfeiçoamento dos arquivistas do Conselho Internacional de Arquivos, quando do XII Congresso Internacional de Arquivos em 1992 demonstra a dimensão que a formação em Arquivística adquiriu no mundo inteiro (ROUSSEAU, COUTURE, 1998, p. 54).

Só a partir do século XIX, o arquivista abandona seu papel de colaborador da administração pública, para se direcionar ao apoio da investigação histórica, por meios de interpretação dos documentos históricos sob sua guarda. Caracterizados por arquivistas-historiadores e os arquivos com uma nova denominação de laboratórios de pesquisa históricas, influenciando a conversão das ciências auxiliares para concretizar-se em Ciências Históricas.

Com o advento do século XX, o profissional arquivista começa a ampliar sua atuação, passando a desempenhar suas atividades nos arquivos privados e arquivos empresariais, visto que a crescente produção documental assegurada

pelo advento das máquinas copiadoras torna imprescindível a necessidade do estabelecimento de técnicas, para o gerenciamento documental, fazendo emergir este novo profissional. Como salienta Samaram (1978, apud ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 46):

O alargamento do domínio arquivístico fez-se em duas direcções (sic): por um lado os arquivos ultrapassaram, de certo modo, a administração e anexaram praticamente os arquivos administrativos; por outro, um domínio novo, com dimensões consideráveis, abriu-se diante destes, o dos arquivos privados e dos arquivos de empresa.⁸

Com sua ascensão profissional, o arquivista passa a ser o responsável pela construção da memória das instituições o que se certo, demanda novos instrumentos e técnicas para a gestão dos documentos, tais como, normas para a classificação, tabelas de temporalidades, contudo, desencadeou um novo profissional histórico- tecnicista.

É importante destacar, também, que a influência americana, foi um marco para a gestão documental, originou-se o novo setor de trabalho nas administrações públicas, reconhecendo que os documentos ficassem a cargo de seus produtores, durante sua produção tramitação, todavia, surge um novo perfil profissional records manager - gestores de documentos - sua formação esta pautada nas questões concernentes ao controle da produção dos documentos, deste modo o profissional passa a ter dois segmentos um direcionado para os arquivos permanentes – historicista - e outro volta-se para arquivos administrativos – tecnicista.

Já por volta do século XXI, o arquivista toma novas direcções com ênfase na recuperação da informação, fazendo emergir uma nova percepção profissional, a chamada Arquivística Integrada, consentindo a integração entre os arquivos históricos e administrativos, “e que participe, em concertação com várias disciplinas,” surgindo profissionais capazes de responder aos desafios na gestão dos documentos.

O que vale ressaltar é a contribuição e o fortalecimento das associações dos profissionais, que visa ao desenvolvimento da profissão, seu reconhecimento e sua promoção social, questão esta, que será abordada mais adiante.

⁸ SAMARAN, Charles. **Une longue vie d'érudit. Recueil d' de Charles Samaran**, Genève, Droz, 2 vols. Papiers de famille: le Charrier de La Tremoille, vol. 2, p. 405-424.

9 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ARQUIVISTA BRASILEIRO: HISTÓRICO DO CURSO E PANORAMA ATUAL

Com sucessivas transformações em seu currículo, a formação do profissional arquivista no Brasil, até a década de 70 vinha sendo desenvolvida através de cursos especiais, conhecidos como Curso Permanente de Arquivos (CPA), ministrados pelo Arquivo Nacional, pela Fundação Getúlio Vargas, dentre outras instituições, e teve, inicialmente o objetivo de qualificar profissionais para suprir as necessidades das mesmas, mas eles não foram considerados suficientes.

Em 6 de março de 1972, o Conselho Federal de Educação (CFE) aprova a criação do Curso Superior de Arquivos, conquista esta devido ao reconhecimento da importância dos arquivos oficiais e empresariais pelo governo federal. Entretanto, conforme menciona Alves, (2012, p. 61)

[...] o primeiro programa de graduação em arquivologia só foi implantado em 1974. O currículo mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação abrangia as seguintes matérias: Introdução ao Estudo do Direito; Introdução ao Estudo da História; Noções de Contabilidade; Noções de Estatística; Arquivos I a IV; Documentação; Introdução à administração; História Administrativa, Econômica e Social do Brasil; Paleografia e Diplomática; Introdução à Comunicação; Notariado; e; por último, Língua Estrangeira.

Assim, o reconhecimento oficial da profissão em nível superior, e o estabelecimento de seu currículo mínimo, fixa sua primeira formação em um período de 2.160 horas-aulas, distribuída entre três e cinco anos.

Aprovado no mesmo mês o currículo do Curso de Arquivista como curso profissionalizante equivalente ao ensino de segundo grau.

A concepção de currículo mínimo proposto pelo CFE, e aprovado em 1974, fundamentava-se em dois princípios: 1) Aproveitamento da estrutura universitária e de seu corpo docente, originário de áreas afins à Arquivologia; e 2) Prioridade na formação de profissionais para trabalhar em arquivos permanentes. (MATTOS, [20--] p. 6.).

Em 1973, o CPA foi transferido para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, de acordo com convenio firmado entre o Arquivo Nacional e antiga Federação das Escolas Federais do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual UNIRIO, passando a funcionar em campus universitário, denominado Curso de Arquivologia, assim, começa a se expandir pelas demais universidades

brasileiras, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em 1977, em seguida Universidade Federal Fluminense (UFF), 1978, Universidade de Brasília (UnB), em 1991, Universidade Federal de Londrina (UFL), em 1977. Universidade Federal da Bahia (FBA), em 1998, dentre outras universidades brasileiras.

Hoje no Brasil, segundo os dados oferecidos pelo Ministério de Educação – e-MEC 1 que têm os registros das instituições superiores de ensino, há 18 cursos de arquivologia divididos em 13 estados, o que evidencia a expansão e visibilidade do profissional.

Em agosto de 1978 foi promulgada a lei nº 6.546, regulamentada pelo Decreto nº 82.590/1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo.

Paes (2004, p. 43) ressalta que:

Para o bom desempenho das funções dos profissionais de arquivo, são necessários, além de um perfeito conhecimento da organização da instituição em que se trabalha e dos sistemas de arquivamento, as seguintes características: saúde, habilidade em lidar com o público, espírito metódico, discernimento, paciência, imaginação, atenção poder de análise e de crítica, poder de síntese, discrições, honestidade, espírito de equipe e entusiasmo pelo trabalho.

Estas atribuições citadas por Paes (2004) vão se unir à regulamentação do profissional em seu exercício arquivístico.

A homologação do Decreto nº 82.590/1978 que regulamenta a lei nº 6.546 de 4 de julho de 1978, vai além da regulamentação do profissional arquivista e de técnico de arquivo, tratando das atribuições para o exercício de suas atividades;

Art 2º São atribuições dos Arquivistas:

- I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;
- II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
- III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;
- IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centros de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;
- V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;
- VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;
- VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;
- VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;
- IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
- X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;

- XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;
- XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes. (BRASIL, 1978)⁹.

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) classifica profissional arquivista/ técnico de arquivos e museólogo a profissionais ligados à administração, apresenta a descrição sumária de suas atribuições, tais como a organização de documentação de arquivos institucionais e pessoais, criam projetos de museus e exposições, organizam acervos museológicos públicos e privados, proporciona o acesso à informação, desenvolvem ações educativas ou culturais, por meio de apresentações em reuniões, visitas guiadas, abordam planejamento e realizações de atividades técnico-administrativas, orientam implantação das atividades técnicas.

Descrições estas, que na maioria das vezes, não condiz com as atividades exercidas pelo profissional arquivista, cabendo-lhe a similarização da classificação do profissional da informação, como é o bibliotecário.

Mas, os arquivistas ainda não tem Conselho Profissional, seu registro é feito na Delegacia Regional do Trabalho. Esse problema cria muitos entraves ao profissional porque não lhe atribui todo o suporte necessário a resguardá-lo no exercício da profissão – como ocorre com o bibliotecário, por exemplo.

Outra dificuldade é que a não existência de um Conselho inviabiliza a criação do Código de Ética profissional do arquivista brasileiro. O que se tem atualmente como conduta ética são adaptações que algumas associações adotam com base no Código de Ética criado pelo Conselho Internacional de Arquivos, tema que será abordado nos capítulos seguintes.

⁹ BRASIL. Decreto-Lei nº 82.590 de 06 de novembro de 1978. Regulamenta a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de técnico de Arquivo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D82590.htm>. Acesso em: 04 abr. 2013

10 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO PROFISSIONA ARQUIVISTA

O presente capítulo tem como intuito traçar algumas reflexões sobre as competências e habilidades requeridas pelo profissional arquivista e, por conseguinte algumas definições a este respeito.

Em discursões que abordam as competências e habilidades do profissional arquivista, no gerenciamento das informações, Smit (2000, p. 128) considera a importância da “[...] a informação arquivística informando sobre a administração que a acumulou, ou seja, adquirindo sentido quando contextualizada em suas condições de produção.” É imprescindível o desenvolvimento da capacidade do profissional para captar e monitorar as informações organizacionais transformando informação em conhecimento.

Neste sentido, o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia relaciona a competência informacional à alfabetização informacional definindo-a como:

Conjunto de competências que uma pessoa possui para identificar a informação, manipular fontes de informação, elaborar estratégias de busca e localizar a informação, bem como avaliar as fontes de informação. [...] pode ser vista como um dos requisitos do perfil profissional necessário para trabalhar com a informação [...]. (CUNHA, 2008, p.10)

Considerando que competência constitui a capacidade do indivíduo em integrar seus conhecimentos, habilidades e atitudes a serem aplicados na sua vida profissional, Ferreira (2003, p. 43) enfatiza que: “O conhecimento, a habilidade para aprender coletivamente, as informações usadas no processo de tomada de decisão, [...], passa a ser mais importante na avaliação de uma empresa.”

Esta interação visa agregar valor, uma vez que o arquivista é o mediador frente à informação e seu cliente/usuário. Entretanto, este profissional necessita apropriar-se de competências e habilidades específicas, bem como deve saber aplicá-las no ambiente ao qual irá atuar.

É interessante salientar o estudo realizado por Ferreira (2006) ao elaborar um ranking, onde demonstra as habilidades demandadas pelo profissional da informação frente ao mercado de trabalho. Constatando o perfil de habilidades essenciais para o profissional, materializado na sua flexibilidade de agir, relaciona seus conhecimentos e competências, sejam elas técnicas ou comportamentais,

para a prática da gestão do conhecimento em organizações e apresenta o seguinte quadro:

QUADRO – 2 Ranking das habilidades demandadas pelo mercado

HABILIDADES
1ª Conhecimento do ambiente de negócios da informação
2ª Capacidade de trabalhar em grupo
3ª Distinção e localização de informações relevantes e relevância nas informações
4ª O domínio na utilização de equipamentos eletrônicos e na operação de sistemas ou softwares específicos
5ª Conhecimento de bases de dados...
6ª Familiaridade na administração de info-business
7ª Embasamento teórico e prático sobre o funcionamento das organizações virtuais de informação
8ª Domínio da lógica dos sistemas de indexação e webfinders
9ª Excelência na Comunicação oral e escrita
10ª Conhecimento da infraestrutura e serviços de informação,
11ª Ter flexibilidade e polivalência
12ª Atualização profissional constante...
13ª Capacidade de entender e gerenciar episódios de diferentes naturezas e aplicações
14ª Habilidade na identificação de clientes e fornecedores.
15ª Habilidade na identificação de parceiros

Fonte: FERREIRA, (2006, p. 46)

Por meio deste ranking, é possível identificar o agregamento de várias habilidades, tanto pessoais quanto técnicos- profissionais, sendo o arquivista proativo na busca de soluções informacionais para um mercado cada vez mais exigente.

Desta forma, o profissional precisa ser otimista e conseguir identificar suas oportunidades e ameaças que influenciam na construção de sua carreira profissional, assim, o arquivista além de suas competência e habilidades técnicas, deve está capacitado para atuar nas organizações, sendo criativo e inovador, sobretudo, desenvolver competências profissionais que lhe permita oferecer serviços confiáveis tanto as instituições como usuários em geral.

Por fim, segundo BAHIA (2009, p. 472-473) o arquivista deve fortalecer suas qualificações tais como:

[...] ser um investigador permanente, pesquisando novos nichos de mercado da informação; inovar as técnicas de segmentação do mercado; identificar o novo perfil do consumidor; buscar novos produtos que propiciem vantagens em relação à concorrência; criar e manter serviços personalizados aos usuários/clientes; posicionar produtos e serviços em condições compatíveis com a imagem da unidade de informação; entender novos modelos de distribuição no ambiente eletrônico; conhecer o novo papel da comunicação, interagindo com os profissionais desta área; descobrir o modelo ideal para promover os produtos e serviços oferecidos; aprimorar o relacionamento com a clientela; visualizar modalidades para estabelecer parcerias com a comunidade, governo, órgãos de classe, agências de fomento e empresas privadas em geral; moldar um novo e atualizado profissional para atendimento ao público; e investir em controles para aprimorar desempenhos da equipe, do gerente e das metodologias de trabalho.

Neste sentido, o profissional precisa investir em sua capacitação de modo continuado, a fim de executar suas tarefas com competência e habilidade, comprometimento com a causa dos arquivos, assegurando que esteja em condições de atuar no mercado de trabalho emergente, impondo-se na sociedade dinâmica e fortemente marcada pelo desenvolvimento de tecnologias de informação e conhecimento. Faz-se necessário o entendimento de qual será este mercado para o profissional arquivista, o que será retratado no capítulo seguinte.

11 MERCADO DE TRABALHO DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA

O mercado de trabalho em constante crescimento, competitivo. e sobretudo, globalizado, requer profissionais atualizados, éticos e dinâmicos, ou seja, profissionais multidisciplinares conhecedores de outras habilidades além das suas específicas, visando atender com maior profissionalismo a essa nova exigência do mercado.

Neste contexto, encontra-se o profissional arquivista, atuante no ambiente empresarial, dentre outros a serem mencionados, com a finalidade de exercer a função de gestão documental, assim, definida pela lei nº 8159¹⁰ em seu art. 3º, como “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando à sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. ”

A gestão documental é o cerne da existência de todas as instituições tanto pública como privada, e, sobretudo necessita de profissionais arquivistas capazes de lidar com a informação e o conhecimento, agregando valores relevantes a seu gerenciamento, atendendo com êxito todo o processo operacional.

Hoje, torna-se imprescindível a tarefa de gestão documental uma vez que, é crescente o aumento da competitividade em todos os seguimentos do mercado de trabalho, que demanda por constantes atualizações técnicas e profissionais capacitados para gerir as informações necessárias na tomada de decisão e, sobretudo, no fortalecimento das empresas no mercado globalizado.

Nesta linha de raciocínio, o arquivista apresenta-se como um empreendedor que visa proporcionar um diferencial ao mercado, criando projetos, abraçando novos desafios, tomando por premissa o conhecimento do mercado de atuação o mais profundamente possível e familiarizando-se com o desenvolvimento e as necessidades de informação, a fim de desempenhar um papel competitivo no atual mercado de informação.

O administrador Chiavenato (2009 p. 7) preconiza que o profissional

¹⁰ BRASIL, Lei nº 8159 de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm> Acesso em: 18 ago. 2013

[...] empreendedor é a pessoa que consegue fazer as coisas acontecerem, pois é dotado de sensibilidade para os negócios, tino financeiro e capacidade de identificar oportunidades. [...] transforma ideias em realidade, para benefício próprio e para benefício da comunidade..”

De fato, as pessoas com o espírito empreendedor criam negócios inovadores que podem alcançar proporções inimagináveis, pois elas possuem algumas características pessoais que não se encontram facilmente em outras, o que demonstra a necessidade do profissional arquivista desenvolver novas habilidades para conquistar seu lugar no campo de trabalho.

Diante das informações bibliográficas e pesquisas de campos realizadas, evidencia-se a existência de mercados tradicionais de atuação para o arquivista como também o emergente campo que surge da necessidade informacional de determinadas organizações. Nesse sentido, de acordo com Valentim (2000)

O PI conta, portanto, com um espaço que inclui as tradicionais instituições coletoras, mas não se restringe a elas. Em outros termos, o mercado é mais amplo, e não forçosamente se restringe segmentado de forma estanque entre arquivos bibliotecas e museus [...]. (VALENTIM, 2000, p. 131).

O mercado empresarial demanda por informações e conhecimento visando à agregação de valores em seus produtos e serviços, a fim de tonar um diferencial competitivo, sobretudo, manter-se no mundo dos negócios. Desta forma, o arquivista deve desempenhar um papel participativo, com o intuito de proporcionar a satisfação no mercado empreendedor.

Cabe apresentar algumas áreas de atuação do profissional analisadas por Enara ao afirmar que:

O profissional da arquivística pode atuar nos arquivos históricos e administrativos, arquivos empresariais, arquivos pessoais, centro de documentação e memória, arquivos especializados, consultorias arquivísticas, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural, gerenciamento eletrônico de documentos, inteligência competitiva, gestão do conhecimento e gestão da qualidade (ENARA, 2009).¹¹

Outra pesquisa relevante foi desenvolvida por Urbanetto ([2010], p.15) e mostra que o mercado que mais absorve arquivista é:

¹¹ EXECUTIVA NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES REGIONAIS DE ARQUIVOLOGIA - ENARA. Disponível em: <<http://enara.org.br>> Acesso em 10 set. 2013

[...] a instituição Pública Federal foi a que apresentou maior número de sujeitos, com 59%, logo abaixo a instituição Privada com 24%. A instituição que apresentou menor índice foi a Pública Municipal com 4%, percebendo-se que deve haver uma maior sensibilização dos governantes municipais quanto à criação de cargos para arquivistas no seu quadro de funcionários assim havendo uma maior conscientização do papel do arquivista na administração pública.

Observa-se que no Brasil a contratação do profissional nas repartições Públicas Federais é realizada através de concursos públicos, mecanismo utilizado para selecionar candidatos, conforme a Constituição Federal de 1988 em seu art.37 inciso II que possui a seguinte redação:

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (BRASIL, 1998)¹²

Mecanismo que na prática oferece oportunidades iguais os profissionais da categoria no ingresso do serviço Público Federal.

Além da investidura em concurso público Souza (2011) complementa que o profissional arquivista pode ingressar em outras três modalidades “[...] contrato temporário, contrato por tempo indeterminado e processo seletivo.” (SOUZA 2011, p. 178). Sendo capaz de interpretar e interagir com diversas realidades organizacionais, dando suporte aos usuários na gestão da informação contidos em seu acervo.

Outra análise levantada pela autora sobre as instituições empregadoras menciona-se as instituições privadas revelando que “[...] a maior incidência se apresenta para as empresas prestadoras de serviço de consultoria, tanto vinculadas às atividades de Informação e comunicação, como das atividades, administrativas e serviços complementares.” (SOUZA 2011, p. 178), assim, essas empresas absorvem um número considerável de profissionais da arquivística.

A mesma autora afirma ainda que outros mercados devam ser mencionados como:

[...] as clínicas médicas e os hospitais, as instituições culturais e financeiras, associações e cooperativas, os centros de ensino, os arquivos particulares e consultoria, além dos órgãos dos poderes legislativo, executivo e judiciário, entre outros (SOUZA, 2011, p. 112)

¹² FONTOURA, Iara Purcote; SABATOVSKI, Emilio. Constituição Federal, 1988. Curitiba: Juruá Ed., 2006.

Rousseau e Couture (1998) consideram que o arquivista é reconhecido, sobretudo, pela sua colaboração no trabalho de investigação. Segundo os autores, “o arquivista contemporâneo tem o mandato de definir o que vai construir a memória de uma instituição ou de uma organização” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 47). Nesse sentido, o profissional deve munir-se de capacidades inerentes a sua profissão e conhecimento organizacional do contexto que o cerca, a fim de definir-se efetivamente no mercado de trabalho.

Um aspecto importante para o avanço da visibilidade do profissional arquivista, são os trabalhos desenvolvidos pelas associações arquivísticas e em fase de criação o sindicato SINARQUIVO, que tem como princípio a defesa dos profissionais no que diz respeito a matérias trabalhistas, como referencia o próprio estatuto sindical no capítulo II art. 4 inciso I cabe ao sindicato

I Representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, empresas públicas e privadas, entidades de classe e outros órgãos e instituições, os interesses gerais da categoria profissional, bem como os interesses individuais de seus associados, relativos à profissão exercida (SINARQUIVO, 2013)¹³

Assim, por força de seu estatuto pretende desenvolver outros trabalhos em defesa dos profissionais como: salariais, mercado de trabalho, status, dignidade do profissional, e assistência médica.

Em relação aos movimentos associativos, destaca-se que seus objetivos sejam a defesa do espaço de trabalho, a fiscalização das ofertas de emprego através de editais públicos, contratação de iniciativas privadas. Dessa forma as associações sensibilizam-se contra as ofertas que levam à desqualificação dos profissionais, e visam principalmente reunir os profissionais e lutar por seus direitos. Ainda disponibilizam um espaço para as reflexões, discursões para a qualificação profissional na elaboração de eventos, palestras e seminário. Em complemento Souza salienta que “Além disso, as associações têm a tarefa de representar seus associados e a categoria profissional com o objetivo de lograr um maior reconhecimento por parte da sociedade.” (SOUZA, 2011, p. 130)

Um dos pontos que diferencia o profissional arquivista do bibliotecário é a não existência de um Conselho Federal que é a entidade representativa da

¹³ SINDICATO NACIONAL DOS ARQUIVISTAS E TÉCNICOS DE ARQUIVO – SINARQUIVO. Disponível em: <<http://sinarquivo.ning.com/>> Acesso em: 10 mar. 2013

categoria e cumpre a função de fiscalizar e julgar o exercício profissional e essa situação enfraquece os profissionais da área porque entende-se que:

Conselhos, associações e sindicatos mais amplos possivelmente teriam maior representatividade e, certamente, mais força no processo reivindicativo, no *lobby* em favor de leis e medidas visando a expansão dos atuais serviços públicos e privados de informação à comunidade. (Miranda, 2003, p. 96-97)

Entretanto, é forçoso afirmar que:

[...] as associações não só exercem seu papel de representar a categoria profissional, mas, também, colaboram com as instâncias governamentais em prol dos direitos dos arquivistas e do reconhecimento de seu papel na sociedade. (SOUZA, 2011, p 134)

Enfim, considera-se que as associações sejam um intercâmbio entre as oportunidades de emprego e os profissionais no que concerne a divulgação dos novos espaços no mercado de trabalho. A seguir, será discutida a ética profissional do arquivista.

12 ÉTICA PROFISSIONAL DO ARQUIVISTA

Diferentemente do bibliotecário o arquivista não possui um Conselho Profissional de Classe¹⁴, conseqüentemente não segue um código de ética nacional. Assim sendo, não há um código de ética brasileiro, senão a adaptação que algumas associações¹⁵, adotam com base no código de ética proposto pelo Conselho Internacional de Arquivos, - ICA (Internacional Council on Archives). Criado em 1996, no XIII Congresso Internacional de arquivos, onde o Comitê Executivo aprovou o Código de Ética dos arquivistas.

Sob uma ótica bastante particular, a ética pode ser analisada e refletida de maneira crítica sobre a questão da moralidade e sobre a busca por valores morais de cada indivíduo, pressupondo uma construção harmoniosa na sociedade.

Examinando-se os discursos das relações éticas profissionais alguns autores preconizam que:

A ética é um ramo da filosofia. Considerada ciência, avalia a conduta humana perante o ser e aos seus semelhantes uma vez que confronta o desempenho humano em relação às normas comportamentais estabelecidas num dado contexto social. (PIZZARRO, 2011, p. 233)

Portanto, para qualquer área de atuação dos profissionais a ética faz parte de seu cotidiano, proporcionando diretrizes comportamentais em seu meio social. Conforme o parecer dos autores Cuartas; Pessoa; Costa (2003)

[...] o código de ética profissional implica a recomposição de um referencial de valores básicos para a orientação do comportamento. Entretanto, deve-se reconhecer que as normas trazidas pelo código perdem sua validade a partir do momento que a conduta pessoal não for condizente com elas.

¹⁴ Conselho Profissional são organizações que agregam profissionais de determinada categoria para, entre outras atuações, fiscalizar o exercício profissional.

¹⁵ Consideramos as seguintes associações: AAB -Associação dos Arquivista Brasileiros- (1971); Abarq – Associação Brasileira de Arquivologia- (1998); ARQ-SP – Associação dos Arquivista de São Paulo – (1998); AARGS – Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul- (1999); AABA – Associação dos Arquivista da Bahia (2002); AAERJ – Associação dos Arquivista do Estado do Rio de Janeiro - (2004); AARQES – Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo - (2005); AAPR – Associação dos Arquivista do Paraná - (2006); AAGO – Associação de Arquivologia do Estado de Goiás - (2007).

Desta forma, a ética profissional se constitui um dos fatores primordiais para uma vida harmônica em sociedade e para o exercício da cidadania, uma vez que ela possibilita ao ser humano a verdadeira prática social da convivência baseada em seus valores como: respeito, liberdade, igualdade e justiça.

Dito de outra maneira, a “ética profissional é a ciência normativa que estuda os deveres e direitos dos profissionais.” (MATTOS, 1977, p. 1). Ou seja, o profissional deve agir de forma coerente, ser honesto, ter coragem para assumir decisões ser tolerante e flexível ser íntegro agindo de acordo com os princípios profissionais, ter atitudes de humildade.

Considerando que o foco deste capítulo é abordar os aspectos da ética do profissional arquivista, vale ressaltar algumas considerações a partir da análise do Código de Ética proposto pelo Conselho Internacional de Arquivos. Em sua introdução, a recomendação é que o profissional deverá agir em conformidade com seu código e dentro de seus preceitos, o que se pode observar ao afirmar que:

[O] código de ética dos Arquivistas tem por finalidade fornecer à profissão arquivística regras de conduta de alto nível. Ele deve sensibilizar os novos membros da profissão a essas regras, lembrar aos arquivistas experientes suas responsabilidades profissionais e inspirar ao público confiança na profissão. (CÓDIGO DE ÉTICA DOS ARQUIVISTAS, 2013)¹⁶

Mediante essa consideração, evidencia-se a importância da divulgação do código a toda categoria a fim que se tenha plena consciência da conduta ética, estabelecendo uma relação mútua de conhecimentos éticos profissionais.

Dentro de seu contexto o código preconiza a conduta ética de seus membros ao afirmar que:

10. Os arquivistas trabalham em colaboração com seus colegas e os membros das profissões afins, visando assegurar, universalmente, a conservação e a utilização do patrimônio documental.” [Ou seja], “[...] estimular a colaboração e evitar conflitos com seus colegas, resolvendo suas dificuldades pelo encorajamento ao respeito às normas arquivísticas e à ética profissional.” (CÓDIGO DE ÉTICA DOS ARQUIVISTAS, 2013)

Inserido no ambiente de trabalho o profissional deverá exercer suas atividades em conformidade com o parágrafo “2.Os arquivistas tratam, selecionam

¹⁶ CÓDIGO DE ÉTICA DOS ARQUIVISTAS: ICA- Internacional Council on Archives. Disponível em: <http://arquivistasocial.files.wordpress.com/.../ica-codigo-etica-do-arquivista.pdf> Acesso em: 04 set 2013

e mantêm os arquivos em seu contexto histórico, jurídico e administrativo, respeitando, portanto, sua proveniência, preservando e tornando assim manifestas suas interrelações originais.” Via de regra ele realiza,

[...] a triagem dos documentos com imparcialidade, fundamentando seu julgamento em um profundo conhecimento das exigências administrativa e das políticas de aquisição de suas instituições. Eles classificam e analisam os documentos escolhidos para serem retidos, de acordo com os princípios arquivísticos (em particular o princípio de proveniência e o princípio de classificação original) e as normas reconhecidas universalmente, tudo isto tão rapidamente quanto possível. (CÓDIGO DE ÉTICA DOS ARQUIVISTAS, 2013)

No tocante aos usuários do arquivo, o profissional adota a seguinte prerrogativa: “6. Os arquivistas facilitam o acesso aos arquivos ao maior número possível de usuários, oferecendo seus serviços a todos com imparcialidade.” Entretanto, o próprio código faz uma ressalva quanto a divulgação de certas informações ao afirmar que: “no interesse da liberação de acesso aos documentos, eles podem renegociar as cláusulas quando as circunstâncias mudam”, ou seja, nem todos os documentos arquivísticos podem ser divulgados por motivo de segurança documental.

Sob este aspecto Kocganawski (2009), chama a atenção para o arquivista atuante nos ambientes médicos. Para este autor, a documentação relativa à área de saúde, especificamente a hospitalar, envolve não apenas a confidencialidade de tratamentos, como também deve servir para resguardar os pacientes sobre os procedimentos médicos adotados. Neste caso, a ética profissional permeia o sigilo e a seriedade na organização das informações arquivísticas.

Assim, compreender e vivenciar o código de ética profissional garante uma qualidade de bem-estar e harmonia entre os indivíduos que participam da sociedade.

13 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

13.1 Tipo de pesquisa

Essa pesquisa tem por objetivo tecer uma familiaridade entre as opiniões, e o fortalecimento das ideias de seus participantes, caracterizando-a como exploratória utilizando-se levantamento bibliográfico e investigações que, de acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 71)

[...] são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripa finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. [...]

Em relação aos objetivos classifica-se em pesquisa descritiva, que visa obter um levantamento dos grupos, levando em consideração suas opiniões e proporcionando uma nova visão do problema, de encontro com esta afirmação Gil (2002, p. 42) caracteriza que tais pesquisas “[...] vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação.”

Em relação ao delineamento, por ser um estudo de caso, múltiplos, que visará:

[...] possibilitar a elaboração de exercícios de análise comparativa, [envolvendo] a realização de exercício sistematizado de descrição e de análise das unidades de estudo consideradas, utilizando, para isto, diferentes fontes de evidência, com o objetivo de compreendê-la internamente. (LIMA, 2004, p. 43)

Em relação a natureza caracteriza-se em análise qualitativa a qual explora as características do indivíduo, onde não se pode expressar através de números, por sua vez o modelo quantitativo explora as características da amostra através de dados numéricos, podendo figurar em uma mesma pesquisa. Segundo Moreira e Caleffe (2008, p. 73) será “comprovada a frequência e quantidade dos itens descritos e possibilitar à interpretação por parte dos pesquisadores quanto às opiniões expressas.”

O procedimento adotado é entrevista online, que permite uma interação entre o entrevistador que obtém informações diretamente do entrevistado. Consiste em analisar grupo levantados sentimentos, emoções, percepções, motivações e opiniões em relações as variáveis, objetivando generalizações sobre sua natureza, ocorrência e significado.

13.2 Amostra

Foram selecionados para a pesquisa os profissionais atuantes em arquivos e bibliotecas também os respectivos sindicatos da classe. A amostra será intencional por considerar que estes indivíduos são intermediários das informações, no que diz respeito aos serviços prestados as suas instituições, e conforme ressalta Marconi e Lakatos (2010, p. 38) na amostragem intencional:

O pesquisador não se dirige, portanto, á 'massa', isto é, a elementos representativos da população em geral, mas àqueles que, segundo seu entender, pela função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social, exerce as funções de líderes de opinião na comunidade. Pressupõe que estas pessoas, por palavras, atos ou atuações têm a profundidade de influenciar a opinião dos demais [...].

Para a coleta de dados fora realizada uma entrevista com 10 (dez) profissionais atuantes, e devidos sindicatos, para que nessas informações seja possível identificar o mercado de trabalho. A pesquisa é um instrumento importante na investigação de um problema, uma interrogação que surge, neste caso, interessa-se pela opinião destes elementos dentro do contexto específico, por sua vez, a solução dependerá de uma interação entre o grupo e procedimentos adequados.

A coleta de dados da pesquisa deu-se em duas etapas: a primeira buscou levantar informações impressas e online sobre o tema abordado. No segundo momento realizou-se a pesquisa descritiva procedendo-se a solicitações aos profissionais Bibliotecários, Arquivistas e Sindicatos para aplicação do instrumento de coletas de dados: a entrevista. A seguir serão apresentados os resultados e análise dos dados em questão.

14 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo visa à apresentação das análises e discussões dos dados coletados a partir das entrevistas online aplicadas aos profissionais bibliotecários e arquivistas e seus respectivos sindicatos. O universo da pesquisa é composto por dez profissionais e dois representantes sindicais, escolhido aleatoriamente dentro da abordagem do mercado de atuação profissional tratado neste trabalho (cap. 6 e 11). Obtiveram-se contatos por e-mail, seminário, indicação de outros profissionais, a fim de sua contribuição para a realização desta pesquisa. A seguir será detalhada cada resposta aos questionamentos propostos, bem como análise e observação dos resultados.

14.1 Perfil dos respondentes

Sobre o perfil dos respondentes considerando o sexo, graduação, tempo de formação acadêmica, percebe-se que, entre os respondentes o sexo feminino aparece representado por 75% e o sexo masculino por 25%, havendo assim uma predominância das mulheres na atuação de gestão da informação. Quanto à graduação, constata-se 50% possuem formação em Biblioteconomia, seguido por 50% em Arquivologia.

QUADRO 3 – Sexo dos profissionais respondentes

Sexo	Respondente	Porcentagem (%)
Feminino	9	75%
Masculino	3	25%
Total	12	100 %

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2013

QUADRO 4 – Tempo de formação acadêmica

Tempo de formação acadêmica	Respondente	Porcentagem (%)
30-35	1	10%
25-20	2	20%
20-15	3	30%
15-10	2	20%
10-5	2	20%
Total	10	100%

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2013

Dos participantes 10% possuem mais de trinta anos de formação acadêmica, 20% apresenta com mais de 20 anos, 30% possuem mais de 15 anos, 20% dos respondentes demonstram ter mais de dez anos e 20% possuem mais de cinco anos de formação. Vale ressaltar que o maior número de respondentes tem um tempo significativo de formação acadêmica, pelo fato de estarem a mais tempo no mercado, demonstram ter conhecimento do exercício profissional, já estarem desenvolvendo suas habilidades e adquirindo novas competências.

14.2 Escolha da formação

Em relação à escolha do curso, perguntou-se o que levou os participantes a optarem pelo mesmo. As respostas mostram que oito respondentes afirmam que são cursos que apontam para um mercado promissor de atuação. Conforme relata alguns dos respondentes: “[...] pelo potencial de atuação que é possível ao bibliotecário.” (Respondente bibliotecário 4). E ainda “Perspectiva de atuação profissional” (Respondente arquivista 2). Sob este ponto de vista a autora

Valentim (2000, p. 144) enfatiza que: “[...] existe um imenso e crescente mercado de trabalho para o profissional da informação.”

Os outros dois profissionais sinalizam a relevância da gestão da informação documentária como fator de destaque para a escolha do curso ao afirmarem “Após vivenciar uma situação onde a falta de uma adequada gestão documental gerou inúmeros transtornos em uma empresa na qual trabalhava, me fez perceber que essa poderia ser uma área interessante a ser explorada em Salvador (ARQUIVISTA 4). Corroborando com o entrevistado anterior o Arquivista 2 aponta que “Por ser uma área nova, que não está saturada de profissionais, [...]. E também por estar ligada a área de gestão administrativa [...]. Deste modo reafirma a colocação de Wah (2000) capítulo 7 ao mencionar que a gestão da informação é uma ferramenta fundamental para o bom desempenho do mercado empresarial existente.

Considera-se que há vários indícios que comprovam estas afirmativas devido a demanda por informações, que por sua vez, encontram-se dispersas, necessitando de profissionais qualificados para gerir e direcionar a informação certa para os clientes, observa-se o número significativos de concursos públicos abertos aos profissionais, existência de uma nova legislação a entrar em vigor que obriga todas as escolas terem sob a administração de suas bibliotecas um profissional formado, concretizando desta forma a abertura de um mercado emergente para o profissional.

14.3 Similaridade entre biblioteconomia e arquivologia, e os limites profissionais entre as áreas

Perguntou-se “Em algum momento de sua formação você se defrontou com as similaridades entre a biblioteconomia e a arquivologia e, conseqüentemente, os limites do exercício profissional entre as duas áreas?” Pelas respostas obtidas os bibliotecários são unânimes em perceber e ter vivenciado esta similaridade, tanto na formação quanto no exercício profissional. Como demonstra a transcrição de alguns trechos das entrevistas:

Respondente Bibliotecário 1: Desde sempre. Em minha opinião, deveria existir a Ciência da Informação com especializações em Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia etc. É fundamental se mudar o paradigma que as criou isoladamente. Ele está baseado no suporte e não no conteúdo. Hoje, mais do que nunca, o foco deve ser no conteúdo.

Respondente Bibliotecário 2: Sim. Vejo que a biblioteconomia e a arquivologia tem esta similaridade. Seguem um mesmo contexto de organização do conhecimento. Penso que nós bibliotecários que tivemos esta matéria no curso poderíamos exercer a profissão de arquivologia ainda mais que na época não existia o curso.

Respondente Arquivista 1: Sim, em vários momentos. O objeto de estudo e trabalho das duas áreas é a informação, porém cada área com sua especificidade. No caso da arquivologia é a informação arquivística e a Biblioteconomia é a informação bibliográfica.

Respondente Arquivista 2: Não, porque o fato de possuímos em nossa cidade os dois cursos de Graduação faz com que fique bem claro às respectivas atribuições dos formandos nas áreas citadas, tendo em vista que é comum a intervenção de Bibliotecários em atividades específicas de Arquivologia, mas o contrário não acontece,[...].

Percebe-se que este fato torna-se desconhecido em relação ao profissional arquivista, que por sua vez, não exerce a função atribuída ao bibliotecário. Isso se deve segundo Rousseau e Couture (1998, p. 221) “[...] os arquivistas são, pois, influenciados por um meio que tem a suas raízes nas instituições onde operam e no contexto que as rodeia.” Ou seja, os arquivistas estão intimamente ligados à organização dos documentos arquivísticos. Em outros termos Smit apresenta que “As diferenças se fundamentam em dois grandes eixos complementares: os acervos e as instituições que os abrigam. No imaginário profissional coletivo estocam-se livros e periódicos em bibliotecas, [...] documentos gerados pelas administrações em arquivos” (SMIT, 2000, p. 28).

Não há senso comum dos bibliotecários em relação à esta delimitação, pois na grade curricular tem-se a disciplina de gestão documental voltada para o arquivo o que não acontece com a grade dos arquivistas. Desta forma, fica difícil fazer esta delimitação sendo necessária uma reformulação, tanto na formação profissional dos bibliotecários como a criação de Conselhos Arquivísticos que garantam a fiscalização de profissionais não qualificados, para o exercício atribuído aos arquivistas.

14.4 Trajetória do exercício profissional

Buscou-se analisar a conduta exercida pelos profissionais ao indagar que: em algum momento no exercício de sua profissão, você realizou atividades com viés contrário ao de sua formação como, por exemplo, arquivista ao invés de bibliotecário e vice-versa?

Dos dez profissionais entrevistados, oito admitiram não terem exercido a profissão com o viés contrário a sua formação, mostrando possuírem conhecimento sobre as especificidades de sua área de atuação, confirmando o estudo de Bellotto (2004, p. 42) ao afirmar que cada um possui “[...] um espaço social próprio e independente no qual devem agir.”

Ao contrário, dois profissionais afirmaram terem exercido atividades diferentes da sua formação apresentando em seu relato “Eu sempre exerci a profissão com os dois vieses. Não há como atender corretamente a demanda de uma organização, sem que se disponibilizem informações bibliográficas e arquivística de maneira integrada” (Respondente bibliotecário 1). E, ainda

[...] já fui direcionada para uma biblioteca por falta de esclarecimento dos gestores do órgão, mas não me atrevi a trabalhar com o material. Fiquei alocada na biblioteca por um pequeno espaço de tempo, mas exercendo atividades de gestão documental arquivística. (Respondente arquivista 1)

De fato, os respondentes sinalizam pistas norteadoras para o debate, ao apontarem a similaridade em seus métodos de trabalho, porém a diferenciação do exercício profissional se fundamenta nos documentos e em seu conteúdo informacional. Ponto que parece obter consenso entre os autores das áreas como por exemplo, Smit afirma a existência da diferenciação nas respectivas instituições no tratamento dado aos documentos informacionais ao dizer que “o principal fundamento teórico se prende ao paradigma do acervo.” (SMIT, 2000, p. 31). Bellotto acrescenta que tanto arquivos e bibliotecas têm fronteiras bem definidas desta forma “Não devem ser confundidas nem quanto à documentação que guardam, nem quanto ao trabalho técnico que desenvolvem a fim de organizar seus acervos e de transferir e disseminar informação.” (BELLOTO, 2006, p. 41)

14.5 Atividades profissionais desenvolvidas

Foram abordadas questões referentes ao desempenho das atividades da seguinte forma: na instituição em que você trabalha atualmente, suas funções estão relacionadas àquelas de sua formação? Identifique a atividade fundamental.

Para melhor apresentação das atividades profissionais segue o quadro abaixo, diferenciando as características e natureza do exercício profissional de cada respondente.

QUADRO 5 - Representação das atividades desenvolvidas

Profissional	Funções realizadas	Atividade desempenhada
Bibliotecário 1	Gestão de negócios	Implementação da gestão de conteúdo corporativo
Bibliotecário 2	Bibliotecária especializada	Gestão da informação, normatização de publicações e levantamento bibliográfico
Bibliotecário 3	Responsável pela Biblioteca Virtual – BVS-	Desenvolvimento/criação de projetos como: terminologia em saúde, rede de biblioteca do Sistema Único de Saúde thesauros do Ministério da Saúde.
Bibliotecário 4	Docente	Desenvolve trabalhos de ensino, pesquisa e extensão.
Bibliotecário 5	Bibliotecária coordenadora	Gerenciamento dos recursos humanos, supervisão do tratamento técnico, desenvolve recursos informacionais, disponibiliza informações impressas e eletrônicas.
Arquivista 1	Arquivista empresarial	Gestão documental arquivística desde a produção até o destino final.
Arquivista 2	Chefia do serviço de arquivo intermediário	Auxilia as unidades produtoras nas transferências de documentos para o arquivo Central e atendimento as suas demandas
Arquivista 3	Arquivista empresarial	Gestão de arquivo, desenvolvimento de instrumentos arquivísticos, assistência técnica.

		continuação
Arquivista 4	Arquivista jurídico	Coordenador do Arquivo Central do Ministério Público do Estado da Bahia
Arquivista 5	Arquivista empresarial público	Responsável pelo Arquivo Central, atendimento aos usuários, capacitação e gerenciamento de acervos intermediários.

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2013

Constatou-se que ambos profissionais exercem a profissão na qual foram formados, e cada um desempenha uma função diferente em seus trabalhos realizados. Confirmando a apresentação dos capítulos 6 e 11, ao demonstrar que existe um vasto mercado de atuação para os profissionais da informação, cada indivíduo em seu respectivo campo de formação. Corroborando com a afirmativa deste pesquisador, Smit salienta:

Tanto os profissionais de arquivos quanto de bibliotecas constroem pontes entre informações e cidadãos: nem um nem outro detém o poder, ambos concorrem para tornar a informação acessível e, desta maneira, construir para a melhoria da condição humana. (SMIT, 2003, p. 11)

Inserindo-se nestes levantamentos os profissionais devam contemplar as questões das mudanças operadas na sociedade, relacionado à satisfação das necessidades de informação dos seus usuários/ou clientes, que demanda por profissionais atualizados e preparados, a fim de fazer frente às mudanças informacionais. Tudo isso vai de encontro às colocações de Schellenberg (2006, p. 51) ao preconizar que “No desenvolvimento de seus métodos, os arquivistas e os bibliotecários podem também ajudar-se mutuamente.”

14.6 Dificuldades inerentes ao exercício profissional

Perguntou-se: qual foi ou ainda é a maior dificuldade encontrada por você no exercício de sua profissão? Foram apresentadas as seguintes respostas:

Para os entrevistados, dois bibliotecários relataram que a maior dificuldade é “[...] maior entrave está na própria classe, que ao invés de focar seus interesses no crescimento profissional, para alcançar soluções alinhadas às necessidades

do mercado, ela se posiciona muito mais em defesa de limites de atuação e causas corporativistas [...], o outro apresenta falta de “ Apoio dos Conselhos Regionais e Federais de biblioteconomia.” Assim, o desconhecimento da profissão, aliado à imagem estereotipada que o próprio profissional tem de si e de sua importância no mercado são as maiores dificuldades impostas pela profissão, e a falta de maior representatividade por parte dos conselhos, situação que limita a atuação desses profissionais.

Por outro lado, os demais profissionais bibliotecários não apresentaram maiores entraves para seu exercício profissional.

A abordagem levantada por quatro profissionais arquivistas se relaciona ao seu reconhecimento perante a sociedade ao afirmarem que: “Ausência de reconhecimento da importância da gestão documental arquivística para a instituição e para a memória do país” (arquivista 3). “[...] a maior dificuldade é o pré-conceito que as pessoas têm com relação aos arquivos, principalmente em instituições públicas, pois ainda há uma concepção de que arquivo é depósito de papel velho.” (Arquivista 1). “reconhecimento por outros profissionais de outras áreas sobre a importância do arquivista.”(Arquivista 2). E, por fim a “[...] convencer os gestores da necessidade de contratação da mão de obra de arquivistas.” (Arquivista 5)

Nesta reflexão conclui-se que ainda existe um conceito popular negativo em relação ao arquivo, o que se admira dada a importância e relevância das informações contidas em seus materiais (SCHELLENBERG, 2006).

14.7 Relações éticas e sindicais

As questões a seguir, se referem aos conhecimentos éticos dos referidos profissionais e sua filiação sindical. Apresentadas desta forma: você conhece o código de ética profissional de sua categoria? É filiado a algum sindicato ligado à profissão? Considera os sindicatos da sua categoria como órgãos representativos e atuantes em prol da profissão? Veem-se nas respostas as seguintes constatações:

QUADRO 6 - Abordagens éticas e sindicais

Profissionais	Conhecimento de sua ética profissional		Filiação sindical	
	Sim	Não	Sim	Não
Arquivistas	3	2	3	2
Bibliotecários	5		1	4

Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2013

Sobre o conhecimento do profissional em relação ao código de ética, há uma demonstração de contradição no tocante as respostas dadas pelos arquivistas ao afirmarem “Não existe” (ARQUIVISTA 3), o outro enfatiza “Não.”(ARQUIVISTA 4). Mostrando assim, o desconhecimento do seu código de ética nacional, já apresentado nesta pesquisa cap. 13, sendo forçoso reafirmar que, o quê existe são adaptações do código internacional.

Em relação à representação sindical evidencia-se que quatro bibliotecários foram unânimes nas não filiações, alegando desconhecimento da existência da representação sindical em seus estados, outro afirma “[Perceber] que os sindicatos não oferecem muita segurança aos profissionais e não divulgam muito seus serviços.” (BIBLIOTECÁRIO 3). Já no ponto de vista do sindicato do bibliotecário, este afirma:

[...] estar caminhando corretamente, pois conseguiram o piso mínimo salarial da categoria do estado do Rio de Janeiro, [...] reenquadramento dos bibliotecários da Secretária Estadual de Educação do RJ, [...] chamada dos bibliotecários concursados para prefeitura do Rio, estamos em campanha salarial.

Porém, ao contrário do que diz o bibliotecário da sua não representação e esforços para o reconhecimento profissional, o sindicato enfatiza que “Os trabalhos muitas vezes são difíceis por falta de participação da própria categoria, que ainda marginaliza os sindicatos.” (SINDIB-RJ)

Por parte dos arquivistas houve certa divisão em sua filiação, existindo uma polêmica quanto a representação sindical, pois, apesar de ter sido criado, ter um portal eletrônico que presta assistência aos profissionais, ainda não existe

um Registro Sindical, conforme o relato do sindicato “Temos apenas pré-cadastro com cerca de 150 nomes” (SINARQUIVO). Por outro lado o profissional alega que

Houve uma série de questionamento sobre a criação e manutenção do sindicato. Questões até hoje não adequadamente esclarecidas. [E ainda continua] não há consciência coletiva de que representa os profissionais da área. [...] (ARQUIVISTA 2)

Nesse sentido, tanto sindicatos como profissionais deveriam trabalhar mais em sintonia, ou seja, haver uma comunicação mais próxima das atividades desenvolvidas pelos sindicatos para com os profissionais através de seminários representativos da classe, portais de comunicação eletrônicos, para evitar este descontentamento dos profissionais do não reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos seus representantes. No que compete aos profissionais, cabe a participação efetiva junto aos seus sindicatos, a fim de favorecerem uma representação mais compacta junto a sociedade em favor de seus próprios interesses. Assim reverter esta situação de descontentamento de ambos os lados.

14.8 Relação a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO -

Aborda-se a relação da Classificação Brasileira de Ocupações, (CBO), ao identificar o arquivista como profissional ligado a Administração – e não como um Profissional da Informação, como acontece com o bibliotecário. Aponta-se uma reflexão sobre este fator.

Dos bibliotecários, quatro apresentam-se desfavoráveis a esta afirmativa alegando que:

[...] a diferenciação ocupacional apontada na CBO pode contribuir para dificultar um entendimento do real papel do arquivista como profissional da informação e sua importância para a sociedade e conseqüentemente, demanda um esforço maior da comunidade arquivística em se mostrar enquanto grupo profissional. (BIBLIOTECÁRIO 4).

Como também pode ser observado por outro profissional bibliotecário ao discordar desta classificação afirmando que “os dois profissionais trabalham com a informação - no gerenciamento, na guarda e na disseminação, diferenciando-se

na forma de tratamento da informação. São profissões diferentes, mas que possuem uma similaridade.” (BIBLIOTECÁRIO 4)

No entanto, apenas um bibliotecário diz não haver problemas quanto à menção feita pela CBO “[...] realmente o arquivista está mais voltado aos documentos que circulam dentro de uma organização apesar dele fazer também o papel de profissional da informação como organizador do conhecimento.” (BIBLIOTECÁRIO 3).

Existe uma divisão por parte dos respondentes arquivistas nesta classificação da CBO onde dois apresentam-se favoráveis alegando que “a profissão do arquivista permeia esses dois eixos.” (Arquivista 3). Ao contrário dois profissionais são desfavoráveis “É ignorar o ciclo vital do documento. Onde entra o papel do arquivista para a construção da memória? [...] Apesar disso entendo que a descrição das atividades da CBO vai além do campo *administrativo*.” (ARQUIVISTA 2). Também nesta visão o arquivista 4 “[considera] que o profissional da informação tende para interdisciplinaridade. Sempre considerei a nossa profissão como o da informação”.

O arquivista 1 propõem uma reflexão ao analisar esta questão, afirmando fazer duas leituras a este respeito “Os documentos nascem para servir aos atos administrativos e depois podem ou não ter valor histórico.” Continua “O outro olhar sobre a questão é quanto aos arquivos histórico e aos centros de documentação, nessa instituições o arquivista não trabalha mais servindo a administração, pois os documentos não possuem mais valor administrativo.” De fato, o profissional deixa esta indagação concluindo que “Essa questão da CBO é complexa, se por um lado ela ajuda em uma mudança de paradigma de arquivos apenas como função histórica, por outro ele desvincula a principal ligação do profissional com sua área mãe, que é a Ciência da Informação.”

De alguma forma, essa classificação proposta pela CBO, não se enquadra a realidade dos profissionais arquivistas, pelo fato que o exercício do profissional vai além da gestão administrativa, principalmente quando o documento atinge a sua terceira idade, nesta fase as informações expressam uma outra percepção, ou seja, a cultura e a memória da humanidade, considerados neste estágio a matéria prima dos historiadores.

A visão apresentada pela CBO ganha um descompasso entre a classificação proposta pelo Ministério da Educação, onde este afirma que o arquivista está ligado a Ciência da informação, o que pode ser observado pela entrevista apresentada pelo profissional arquivista 1 que entende que a profissão está diretamente relacionada à grande área de conhecimento a qual pertence: a Ciência da Informação.

14.9 Delimitação do serviço profissional

A partir dos dados obtidos na literatura a respeito dos profissionais da informação, percebe-se que os bibliotecários atuam em espaços e exercem funções delegadas a bacharéis arquivistas. Questiona-se a recíproca é verdadeira?

Os entrevistados bibliotecários apresentam-se conhecedores desta situação alegando ser favoráveis a este exercício como afirma um dos respondentes “Existem muitos profissionais bibliotecários que já trabalharam ou atuam realizando atividades relacionadas à gestão de documentos. [...] estas atividades estão relacionadas a uma parte do trabalho do arquivista” (BIBLIOTECÁRIO 4). Ao contrário eles alegam que o arquivista não poderia atuar na realização das funções do bibliotecário, por este está sendo regido por leis e, sobretudo a presença de um conselho fiscalizador dos profissionais contrário a formação do bibliotecário.

Já no ponto de vista dos arquivistas, eles desconhecem a atuação de sua classe no exercício realizado pelos bibliotecários, questão esta apresentada da seguinte forma “Você jamais verá um arquivista cuidando de uma biblioteca.” O que pode vir a ocorrer segundo o entrevistado é “[...] equívoco de alguns empregadores, e até mesmo dentre os órgãos públicos, insistirem em achar que o bibliotecário pode resolver as questões de arquivo de suas empresas. Isso é um grande equívoco que causa grandes transtornos a ambos.” (ARQUIVISTA 5). Outro entrevistado complementa

Na cidade de São Paulo as vagas destinadas a gestão de informações arquivísticas tem sido ocupada não só por profissionais bibliotecários como por profissionais de TI, analistas de sistema, administradores, historiadores entre outros. (ARQUIVISTA 1)

Em linhas gerais, Rousseau e Couture apresenta que “[...] as instituições arquivísticas são abaladas e, em muitos casos, veem o seu campo de atividade invadido por outros serviços, por outros especialistas [...] a questão que se coloca está diretamente ligada ao lugar que ocupam e que ocuparão [...] os arquivistas e as instituições de arquivo. Poder-se-ia sem exagerar e sem se ser alarmante, falar de luta pela sobrevivência. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 218).

Numa mesma ordem de ideias é possível constatar que a situação poderá ser modificada no momento que se fortalecerem a presença dos Sindicatos representativos dos profissionais dos arquivistas, a efetiva criação de seu Conselho de Classe, que tem por atribuição a fiscalização dos profissionais em exercício.

14.10 Demanda real e número de profissionais no mercado de trabalho

Para uma melhor compreensão do número de profissionais capacitados na atuação do mercado de trabalho pergunta-se: a sua categoria possui profissionais suficientemente habilitados para exercer a profissão?

Dos respondentes bibliotecários três concordaram em afirmar positivamente a questão apresentada, porém reconheceram que “ainda temos muitas instituições que não contratam ou, quando contratam não valorizam o profissional bibliotecário (BIBLIOTECÁRIO 2). Outro alega que “ O problema é que não é dada oportunidades para conhecerem seu potencial pelo motivo de vivermos em uma sociedade onde tudo tem que ter experiência profissional.” (BIBLIOTECÁRIO 3).

Os dois que desconhecem a não suficiência de profissionais no mercado sinalizam que “[...] não estão devidamente capacitados para exercerem as Ciências da Informação que o mercado hoje exige.” (BIBLIOTECÁRIO 1). E por fim, demonstra “carência de profissionais, mas o profissional é pouco valorizado pelo mercado, o que desestimula a procura pela profissão (BIBLIOTECÁRIO 5).

Por parte dos arquivistas três acreditam terem profissionais suficientes no mercado, o que não os exime de “[...] direcionar sua formação nas pós-graduação ou cursos de especialização curtos, [concluindo que] esses novos arquivistas têm

condições de identificar as demandas e buscar, por meios próprios, aprimorar seus conhecimentos.” (ARQUIVISTA 2).

Os dois profissionais que contradizem esta afirmativa apontam para insuficiência “[...] que tem muito mercado para o profissional arquivista, mas este precisa se especializar mais e fortalecer a classe para ocupar seu devido lugar no mercado de trabalho.” (ARQUIVISTA 1). Sob outra ótica o profissional alega que “o percentual de arquivistas formados ainda está muito aquém do necessário.” (ARQUIVISTA 3).

É importante frisar a colocação apresentada anteriormente (cap.12), ao colocar em evidencia a crescente necessidade de atualização continuada por parte dos profissionais, a fim de atender a demanda de profissionais qualificados para o mercado, o que poder ser reafirmado pelas entrevistas apresentadas por ambos profissionais.

14.11 Sugestões dos entrevistados sobre o tema

No fim da entrevista, foi dada uma abertura aos respondentes, a fim de obter suas considerações a respeito do tema abordado. Tendo como acréscimos as seguintes sugestões:

Espero sinceramente, que nos próximos 5 anos, algo aconteça na direção da concretização desse meus sonhos, [unificação da Ciência da Informação] pois acredito que a geração y e x possam despertar para a necessidade vital de gestão de informação e conhecimento (BIBLIOTECÁRIO 1)

O bibliotecário deve, além de saber fazer, saber *porque* faz. Só assim ele se valoriza, pois conhece o valor do seu trabalho e então é valorizando e reconhecido como profissional indispensável na gestão da informação. (BIBLIOTECÁRIO 2)

Gostaria de acrescentar que precisamos quebrar as barreiras do conhecimento e vejo que o profissional tem muito a contribuir em todas as áreas, principalmente com a Gestão do Conhecimento que veio para organizar este conhecimento que hoje está disponível na internet de uma forma onde todos tem acesso. Nós profissionais da informação precisamos também levar nosso conhecimento àqueles que não tem acesso aos meios de comunicação. (BIBLIOTECÁRIO 3).

Achei muito interessante o tema de sua pesquisa, o objetivo de discutir a atuação e valorização dos profissionais arquivista e bibliotecário. Este é um

assunto que deveria ser mais discutido pelas instituições que formam estes profissionais e, também pelos órgãos representativos das categorias. (BIBLIOTECÁRIO 5).

[Sugeri que] poderia ter inserido uma questão sobre as Associações Profissionais. Sei que existem as de Biblioteconomias, mas não tenho contato, porém as de Arquivologia exercem um papel importante na valorização do profissional. (ARQUIVISTA 4)

Gostaria que os profissionais de informação se dedicassem aos escopos de suas profissões, sem se meterem nas áreas dos outros. Isso, todavia, também passa por uma ação de marketing profissional dentre os empregadores particulares e órgãos do governo.

Após estas reflexões, observa-se que existe um desconforto por parte do profissional arquivista quanto a invasão de outros profissionais em seu mercado de trabalho. Algo que só poderá mudar a partir da criação de um Conselho Profissional forte na fiscalização dos não graduados na área arquivística. Nesse sentido, Loreiro; Zannuzzi enfatiza: “[...] o conceito de Profissional da Informação precisa ser mais discutido, para ser definido e aceito pela comunidade, visando fortalecer a categoria. [...] entende-se que o conceito de Profissional da Informação ainda encontra-se em construção. (LOREIRO; ZANNUZZI, 2005, p. 148).

Assim, fica evidente a necessidade dos profissionais delimitarem melhor seu campo de atuação, trabalhando dentro dos seus preceitos éticos, respeitando sua proximidade com áreas afins e, sobretudo, trabalhares em conjunto para o fortalecimento de sua classe profissional.

14.12 Apresentação das análises extraídas das entrevistas sindicais

No caso das classes representativas, procurou-se discutir, em que medida essas entidades atuam em prol dos seus sindicalizados. Visando reforçar a colocação de Spudeit e Führ (2011) na atualidade é vital a existência de organizações representativas que tenha como princípio “favorecer a valorização, o reconhecimento, e, principalmente, o fortalecimento da profissão na sociedade.” (SPUDEIT; FÜHR 2011, p. 248).

Para realização desta etapa foram selecionados os sindicatos dos bibliotecários SINBIESP e SINDIB-RJ. Em contatos por e-mail, não se pôde obter

informações, do SINBIESP, pois não se dispuseram a responder as solicitações de contato e troca de experiências. Já SINDIB-RJ, depois de muita insistência atendeu às solicitações desta pesquisa. A representação sindical do arquivista hoje está em fase de criação, o SINARQUIVO localizado também no estado do Rio de Janeiro, se prontificou em esclarecer as questões que se seguem.

Questão 1- Perguntou-se quantos arquivistas filiados existem no Sindicato? Quais os benefícios práticos para os sindicalizados? Tendo como respostas é possível analisar que:

O sindicato do bibliotecário se mostrou um pouco desinteressado no direcionamento da questão aos seus filiados (bibliotecários) afirmando da seguinte forma “Não existe arquivistas filiados, assim não podemos oferecer benefícios a esse grupo.” Assim não foi possível tecer uma análise benéfica aos bibliotecários.

No tocante ao SINARQUIVO, constatou-se “Ainda não abrimos formalmente para filiação, visto que aguardamos liberação do Registro Sindical. Temos apenas um pré-cadastro com cerca de 150 nomes.” Demonstra com esta afirmativa sua fase de criação, uma vez, já existir portal de comunicação online aos associados, mas ainda em espera de um registro sindical para possíveis filiações.

Questão 2 - Propôs se uma reflexão as entidades ao indagar, como o Sindicato vê a formação do profissional em relação às instituições de ensino? Constatou as seguintes respostas:

Ambas entidades apontaram falhas e limitações das instituições de ensino alegando “não preparar o aluno para o mercado de trabalho de hoje” (SINDIB-RJ). Apesar de “Alguns cursos com currículos mais recentes têm importantes disciplinas e conteúdos mais adequados à realidade atual da profissão e suas tecnologias.” (SINARQUIVO).

Esta avaliação dos sindicatos evidencia a necessidade de remodelagem da formação acadêmica dos profissionais da informação não os eximindo de uma contínua atualização em seus segmentos, desta forma obter uma melhoria da qualidade de ensino acadêmico, e sobretudo, corresponder as expectativas do

mercado de trabalho. Oliveira (2010, p. 115) complementa “Ela precisa se adaptar às demandas contemporâneas, em um momento que as formações necessitam de uma abordagem mais ampla e menos tecnicista’

Questão 3 - Para melhor compreensão da realidade profissional brasileira, questiona-se: a categoria possui profissionais suficientemente habilitados para exercer a profissão?

É possível constatar pela respostada dada pelo SINDIB a não existência de um número significativo de profissionais formados na área.

O SINARQUIVO corrobora com o SINDIB, e aponta para uma outra prerrogativa ao considerar as disposições regionais destes profissionais alegando que nas “[...] as regiões sul e sudeste ainda possuem uma quantidade de profissionais para atender parcialmente o mercado. Porém nas demais regiões do país, o número de arquivistas está aquém da demanda de mercado.”

Pode-se concluir facilmente que os resultados obtidos vão se unir as colocações da autora Valentim (2000) ao firmar a existência de um mercado emergente de trabalho para os profissionais da informação.

Questão 4 - Foi perguntado aos entrevistados a Classificação Brasileira Ocupacional, (CBO), identifica o arquivista como profissional ligado a Administração – e não como um Profissional da Informação, como acontece com o bibliotecário. O Sindicato vê algum problema nessa diferenciação ocupacional? Perante as respostas foi constatado:

SINDIB acredita que não e manteve-se imparcial ao colocar a seguinte análise “essa resposta poderia ser melhor respondida pelas entidades de classe da área de arquivo”. Assim demonstra um descrédito pela questão.

De acordo com o SINARQUIVO, observa-se

De forma alguma. A formação do arquivista permite um leque muito grande de áreas de atuação, [...]. Na minha visão particular, entendo o Arquivista muito mais ligado à administração, ao direito e a gestão como um todo do que ligado à área da Ciência da Informação. O documento de arquivo, a informação gerenciada num arquivo é um registro indissociável da sua atividade geradora. Somos umbilicalmente ligados a administração e a gestão.

Perante a visão particular do presidente do SINARQUIVO, é possível questionar então a classificação proposta pelo MEC, ao classificar o arquivista como profissional da informação e também redirecionarmos nossa visão à resposta dada pelo profissional arquivista 4, ao alegar considerar a profissão como a da Informação. Seria necessário uma reavaliação nestas posições apresentadas tanto por parte do Ministério da Educação como na reestruturação curricular dos profissionais?

Questão 5 - Avalia-se qual o ponto de vista do Sindicato em relação ao mercado de trabalho atual do arquivista?

O SINDIB não se propôs a redirecionar a questão para os bibliotecários, e manteve-se indiferente na análise.

Contudo, o SINARQUIVO alude que:

Enfrentamos muitos problemas, especialmente com outras profissões que tem uma visão equivocada sobre a Arquivologia e acreditam poder cumprir o papel do arquivista, apesar da formação diferenciada. São muitos bibliotecários, administradores, profissionais de TI, que, diante dos poucos profissionais arquivistas disponíveis no mercado, acabam por se aventurar no mercado experimentando atuar como arquivista, mesmo sem a devida formação e preparação.

Pode com isso aliar esta questão ao pensamento de Rousseau e Couture ao afirmarem que a “Arquivística ainda não afirmou suficientemente a sua identidade para se definir de modo preciso e inequívoco em relação às disciplinas que a rodeiam.” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998 p. 256). O que levar a crer que um dos fatores que fortalece esta atitude é que o ensino consagrado à arquivística é bem mais recente em relação a sua profissão.

Questão 6 - A literatura a respeito mostra que profissionais bibliotecários atuam em espaços e exercem funções delegadas a bacharéis arquivistas. Pelo conhecimento que possuem de mercado, o que o Sindicato pode dizer sobre isso? A recíproca é verdadeira?

O sindicato dos bibliotecários alega que a função de fiscalizar é própria dos Conselhos de Classe, e não se posiciona sobre esta questão.

O representante sindical dos arquivistas apresenta a não existência da recíproca profissional, ou seja, não há invasão na área do bibliotecário “Até

porque os Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia não permitiriam o exercício ilegal da profissão, que infelizmente ocorre em locais onde deveriam atuar os arquivistas.” No entanto, o sindicato acrescenta que:

Por falta de conhecimento e por acreditarem que estamos na mesma zona cinzenta de *profissionais da informação*, muitos bibliotecários acreditam ser capazes de dar conta de uma profissão diferente, com metodologias e objetos diferentes da biblioteconomia. (SINARQUIVO, 2013)

Uma possível solução para este impasse seria uma proposta de currículo integrado que vem sendo discutida em alguns estados (MIRANDA, 2003). O mesmo autor continua “As escolas de Biblioteconomia de Brasília e de Minas Gerais avançam estudos no sentido da implantação de cursos de graduação e pós-graduação em Arquivologia e Museologia, o que certamente implicará em uma futura nova mudança curricular.” (MIRANDA, 2003, p. 97). A princípio esta questão deverá ser ainda muito discutida tanto pelo meio acadêmico quanto por seus representantes, pois cada um tem um olhar diferente sobre a questão.

Questão 7 - Indaga-se: o sindicato se considera atuante e representativo em prol dos profissionais? Qual a dificuldade encontrada para o desenvolvimento dos trabalhos do Sindicato?

Ambos afirmaram estarem dando os primeiros passos nesta direção. O SINDIB divulga algumas conquistas já realizadas em prol de sua categoria como: piso mínimo salarial, reconhecimento profissional frente ao estado do Rio de Janeiro, dentre outros. Em relação ao SINARQUIVO, este atribui às associações a melhor representação frente aos profissionais.

Questão 8 - O que está sendo feito para a criação do Código de Ética Brasileiro do Profissional Arquivista?

Como já apresentado neste trabalho (cap. 13) o arquivista está submetido a adaptações do Código de Ética Internacional, apesar do sindicato afirmar a existência do Código Nacional. O SINDIB não se posicionou a respeito.

Questão 9 - Por fim, fora deixado um espaço aos referidos sindicatos para outras informações de seu interesse. Retratados da seguinte forma:

SINDIB-RJ “Minas Gerais é um estado muito grande e deveria ter um Sindicato de Bibliotecários.”

O SINARQUIVO parabeniza este pesquisador pelo perfil desta pesquisa, e acrescenta:

É muito importante se conscientizar sobre as características de outras profissões, especialmente das profissões consideradas próximas, mas que possuem importantes e decisivas diferenças. Sugiro que mais informações possam ser obtidas junto às diversas Associações Regionais de Arquivistas e Arquivologia (SINARQUIVO, 2013)

15 CONCLUSÃO

Na atualidade, como em todas as épocas, a informação apresenta-se como instrumento importante para a sociedade, seja para as instituições no aperfeiçoamento de suas atividades, como para a conquista de novos horizontes profissionais, de fato, o seu gerenciamento tornou-se uma ferramenta ainda mais poderosa e essencial.

Neste sentido, respondendo aos objetivos propostos na pesquisa, verificou-se a comparação entre os profissionais bibliotecários e arquivistas, enfatizando suas semelhanças e diferenças em seus respectivos campos de atuação.

Constatou-se também neste trabalho após as análises da pesquisa empírica, a confirmação da hipótese inicial de demonstrar a necessidade de delimitação do campo de atuação do bibliotecário e do arquivista para evitar embates no campo profissional.

Essa realidade é apontada enfaticamente por Smit (2000, p. 28), quando se refere às “Três Marias”, caracterizando cada categoria profissional como “uma família na qual cada irmã ignora em boa parte a atuação profissional, os princípios teóricos e as metodologias de trabalho das demais”. Assim, nos propomos realizar uma reflexão sobre o exercício profissional, no sentido de saber o porquê de suas sedimentações. Nesta mesma direção, Smit continua

Cada profissão é vista isoladamente, conta com bibliografia própria, congressos e associações particulares, obstruindo o fluxo e a troca de informações e principalmente, impedindo que todos se vejam num contexto maior. (SMIT, 2000, p. 28).

Torna-se possível concluir a partir da pesquisa que, as atividades profissionais apesar de serem parte da mesma base, Ciência da Informação, são distintas em suas funções e objetivos. Assim, ter consciência dessa interdependência torna-se um fator primordial para o bom desenvolvimento de suas atividades profissionais.

Assim, nos propusemos a realizar uma reflexão sobre o exercício profissional, no sentido de saber o porquê de suas sedimentações. Este estudo visou contribuir para a delimitação do exercício do profissional bibliotecário e arquivista, com o intuito de dar-lhes um panorama preliminar, com clareza e conhecimento de seus

respectivos campos de atuação, apontando suas semelhanças e diferenças e, tal propósito foi alcançado partindo deste estudo. Espera-se que novos subsídios e contribuições para futuras pesquisas a respeito dos profissionais da informação **sejam delineadas.**

REFERÊNCIA

ALVES, Lidiane Garcia. O profissional arquivista e as habilidades requeridas nos Concursos Federais. In: **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, jan./jun.2012 p.59-79

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Disponível em: <<http://www.abecin.org.br/portal/index.php/abecin>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

BAHIA, Eliana Maria dos Santos; SEITZ, Eva Maria. Arquivista empreendedor. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.14, n.2, p. 468-481, jul./dez., 2009. Disponível em: < www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=11013. Acesso em: 09 set. 2013

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Do parecer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.** . Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2013

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de ocupações (CBO).** Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaAtividades.jsf> . Acesso em 15 abr. 2013.

BRASIL, Ministério das relações exteriores. **Departamento cultural.** Disponível em: <<http://www.dc.itamaraty.gov.br/lingua-e-literatura/centros-culturais-do-brasil> > Acesse em: 23 jul. 2013.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241 p.

CAMPELLO, Bernadete. **Introdução ao controle bibliográfico.** 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/livros, 2006

CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica.** Brasília: Thesaurus, 2000. 287 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilização de novas empresas: um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio.** São Paulo: Saraiva, 2009. 281 p.

CUARTAS, Enriqueta Graciela D.; PESSOA, Maria Lucia de Moura da Veiga; COSTA, Cosme Guimarães da. O código de ética profissional do bibliotecário: 15 anos depois. **BIBLOS** - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação v. 15, n., 2003. Disponível em: < <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000045&dd1=1a0f6>> Acesso em: 3 set. 2013

CUNHA, Murilo Basto; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília-DF: Briquet de Lemos/ Livros, 2008. 451p.

DUTRA, Tatiana N. Augusto; CARVALHO, Andréa Vasconcelos. O profissional da informação e as habilidades exigidas pelo mercado de trabalho emergente. **Enc. Bibli.** R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 22, 2º sem. 2006. Disponível em: www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=11886> Acesso em: 08 ago. 2013

FARIA, Sueli et al. Competência do profissional da informação: uma reflexão a partir da Classificação Brasileira de Ocupações. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 34, n. 2, p. 26-33, maio/ago. 2005. Disponível em: <
<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/647>. Acesso em: 10 ago. 2013

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

FERREIRA, Danielle Thiago. **Profissional da informação: perfil e habilidades demandadas no mercado de trabalho**. 2006. Disponível em:<
www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15972.pdf > Acesso: 30 mar. 2013

FONSECA, E. N. **A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979.

GUIMARÃES, J. A. C. Moderno profissional da informação: elementos para sua formação no Brasil. **Transinformação**, Campinas, v.9, n.1, p.124-137, jan./abr. 1997. Disponível em: <<http://www.congresso-info.cu/UserFiles/File/Info/Info97/Ponencias/007.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2013

KOCHANOWSKI, Adriano Tadeu Mottiin. **Ética profissional e arquivologia na complexidade dos arquivos médicos**. 2009. 41f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquivologia) – Faculdade Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22749/000740187.pdf?sequence=1>> Acesso em : 20 set. 2013

LEMOS, Antônio Agenor de. Bibliotecas. In:_____. CAMPELLO, Bernadete Santos (Org.). **Formas e expressões do conhecimento: introdução a fonte de informação**. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998. p. 345-366.

LIMA, Mandita Correia. Uma breve reflexão sobre os métodos quantitativos e qualitativos. In:____. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. São Paulo: Saraiva, 2004. Cap. 2, p. 25-36

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento de pesquisas, amostragem....** São Paulo: Atlas, 2010.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. 245 p.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002. 519 p.

MATTOS, Maria Teresa Navarro de Britto. **Panorama histórico da formação arquivística nas Américas**. [200-?] Disponível em: <www.aag.org.br/anaisxvcba/.../maria_teresa_matos_plenaria2.pdf> Acesso em: 17 mar. 2013.

MELLO, Guimar Namó de. Afinal o que é competência? **Nova Escola**. São Paulo, ano 18, n. 160, p. 14, mar. 2003.

NEVES, Elisabete da Cruz; LONGO, Rose Mary Juliano. Atuação do profissional da informação na gestão do conhecimento. **Revista de biblioteconomia de Brasília, DF**, v.23/24, n.8, p.161-172, 1999/2000. Número especial.

OLIVEIRA, Flávia Helena. **A formação do arquivista na Universidade de Brasília frente às demandas profissionais e de mercado da capital federal**. 2010. 160fl. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6611> Acesso em: 08 set. 2013.

PAES, Marlene Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. ver. e amplia. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 228 p.

PIZARRO, Daniella Camara. Ética profissional do bibliotecário atuante no segmento empresarial de Santa Catarina. **Liinc em Revista**, v.7, n.1, março 2011, Rio de Janeiro, p. 231-247. Disponível em: <http://www.ibivt.br/liinc>> Acesso em: 28 jul. 2013

RESENDE, Enio. **O livro das competências: desenvolvimento das competências: a melhor auto-ajuda para pessoas, organizações e sociedade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000, 244 p

ROSA, Uribatan (Org.). **Minidicionário Gama Kury: língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 2002

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998. 356 p.

SCHELLENBERG, T. R. Tradução de Nilza Teixeira Soares. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 388p.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.3, p.52-66, set./dez 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/04.pdf>> Acesso em: 03 out. 2013.

SILVA, Júlia Agustoni. **Análise do código de ética profissional do bibliotecário sob o ponto de vista filosófico**. 2006. 53 fl. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharel em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18703/000591384.pdf>> Acesso em: 16 ago. 2013.

SMIT, Johanna W. Arquivologia, biblioteconomia e museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? In:_____. **Revista brasileira de biblioteconomia e documentação**. São Paulo: Nova Série, v. 1, n. 8, p. 27-36, 2000

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **Arquivistas visibilidade profissional**: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília, DF: Starprint, 2011. 252p.

STUMPF, Katiusa. Ética profissional bibliotecária evidenciada nos discursos apresentados nos periódicos científicos Brasileiros e Espanhóis. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 25, n.1, p.103-130, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/407>> Acesso em 01 ago. 2013

VALENTIM, Marta Lúcia (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. 152 p.

VALENTIM, Marta Pomim (Org.). **Profissionais da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. 156 p.

TARGINO, Maria das Graças. **Olhares e fragmentos**: cotidiano da biblioteconomia e ciência da informação. Teresina, EDUFDI, 2006. 266 p.

SUPUDEIT, Daniela Fernanda Assis Oliveira; FÜHR, Fabiane. Sindicatos de bibliotecário: história e atuação. **Transinformação**, Campinas, v.23, n.3, p. 235-249, set./dez., 2011

URBANETTO, Rosanara Pacheco; ROSA, Tatiana. **Atividades dos profissionais da arquivologia em relação às qualidades consideradas fundamentais**: um momento de olhada no reflexo do espelho. ([2010]). Disponível em: <apalopez.info/ivcoindear/43urbanetto_txt.pdf> Acesso em: 28 ago. 2013

WAH, L. Muito além de um modismo. **HSM Management**, São Paulo, n.22, p.51-64. set./out. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000100005> Acesso em: 08 mar. 2013

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista ao profissional

Prezado Senhor(a),

Na qualidade de discente do Curso de Biblioteconomia do UNIFOR-MG, convido-o(a) a responder a entrevista a seguir como parte das atividades que estou realizando em meu Trabalho de Conclusão de Curso cujo tema é o *profissional bibliotecário X o profissional arquivista*. Meu propósito é contribuir para maior discussão e entendimento sobre a atuação desses profissionais e sua valorização frente ao mercado de trabalho.

Conto com seu apoio por acreditar que o sucesso de minha pesquisa dependerá, também, da participação de cada entrevistado no que diz respeito à fidelidade das respostas.

A entrevista leva aproximadamente 15 minutos para ser respondida. As respostas são anônimas e confidenciais. Solicito, gentilmente, que a responda e a devolva até o próximo dia **20 de setembro**. Fico à disposição para tratar do assunto em questão.

Muito cordialmente,

Patrícia Kellen da Silva Lima

Discente do Curso de Biblioteconomia

UNIFOR – MG - 6º período

Residente à Rua Dos Motoristas – 344 - Bairro Santa Tereza

Formiga-MG, CEP: 35570-000

e-mail: patykelle@gmail.com - Telefone: (37) 9994-3558

Centro Universitário de Formiga- UNIFOR-MG

Entrevista para o profissional

1. Qual a sua graduação?

() Biblioteconomia () Arquivologia

2. Por que você escolheu este curso?

3. Em que ano você se formou? Em qual instituição de ensino?

4. Em algum momento de sua formação você se defrontou com as similaridades entre a Biblioteconomia e a Arquivologia e, conseqüentemente, os limites do exercício profissional entre as duas áreas?

5. Quando você iniciou sua trajetória profissional? Em algum momento você exerceu a sua profissão com viés contrário ao de sua formação como, por exemplo, arquivista ao invés de bibliotecário e vice-versa?

6. Na instituição em que você trabalha atualmente, suas funções estão relacionadas àquelas de sua formação? Fale um pouco a respeito de como é o seu trabalho na gestão da informação (identifique a atividade fundamental).
7. Qual foi ou ainda é a maior dificuldade encontrada por você no exercício de sua profissão?
8. Você conhece o código de ética profissional de sua categoria?
- sim não¹⁷
9. Você é filiado a algum sindicato ligado à profissão?
- sim não¹⁸
10. A Classificação Brasileira de Ocupações, (CBO)¹⁹, identifica o arquivista como profissional ligado a Administração – e não como um Profissional da Informação, como acontece com o bibliotecário. Você vê algum problema nessa diferenciação ocupacional?
11. A literatura a respeito mostra que profissionais bibliotecários atuam em espaços e exercem funções delegadas a bacharéis arquivistas. Pelo seu conhecimento de mercado, o que pode dizer sobre isso? A recíproca é verdadeira?
12. Considerando a realidade profissional brasileira, a sua categoria possui profissionais suficientemente habilitados para exercer a profissão?
13. Você considera os sindicatos da sua categoria como órgãos representativos e atuantes em prol da profissão?
- sim não²⁰
14. Você gostaria de acrescentar algo?

Agradeço por sua participação!

¹⁷Em caso negativo, explique o motivo do desconhecimento.

¹⁸Em caso negativo, explique o motivo da não filiação.

¹⁹Descrição da CBO em anexo para esclarecimentos.

²⁰Em caso negativo, explique o motivo.

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista ao sindicato

Prezado Senhor(a),

Na qualidade de discente do Curso de Biblioteconomia do UNIFOR-MG, convido-o(a) a responder a entrevista a seguir como parte das atividades que estou realizando em meu Trabalho de Conclusão de Curso cujo tema é o *profissional bibliotecário X o profissional arquivista*. Meu propósito é contribuir para maior discussão e entendimento sobre a atuação desses profissionais e sua valorização frente ao mercado de trabalho.

Conto com seu apoio por acreditar que o sucesso de minha pesquisa dependerá, também, da participação de cada entrevistado no que diz respeito à fidelidade das respostas.

A entrevista leva aproximadamente 15 minutos para ser respondida. As respostas são anônimas e confidenciais. Solicito, gentilmente, que a responda e a devolva até o próximo dia **20 de setembro**. Fico à disposição para tratar do assunto em questão.

Muito cordialmente,

Patrícia Kellen da Silva Lima
Discente do Curso de Biblioteconomia
UNIFOR – MG - 6º período
Residente à Rua Dos Motoristas – 344 - Bairro Santa Tereza
Formiga-MG, CEP: 35570-000
e-mail: patykelle@gmail.com - Telefone: (37) 9994-3558
Centro Universitário de Formiga- UNIFOR-MG

Entrevista ao Sindicato

15. Quantos arquivistas filiados existem no Sindicato? Quais os benefícios práticos para os sindicalizados?
16. Como o Sindicato vê a formação do profissional em relação às instituições de ensino?
17. Considerando a realidade profissional brasileira, a categoria possui profissionais suficientemente habilitados para exercer a profissão?
18. A Classificação Brasileira de Ocupações, (CBO)²¹, identifica o arquivista como profissional ligado a Administração – e não como um Profissional da Informação, como acontece com o bibliotecário. O Sindicato vê algum problema nessa diferenciação ocupacional?
19. Qual o ponto de vista do Sindicato em relação ao mercado de trabalho atual do arquivista?

²¹Descrição da CBO em anexo para esclarecimentos.

20. A literatura a respeito mostra que profissionais bibliotecários atuam em espaços e exercem funções delegadas a bacharéis arquivistas. Pelo conhecimento que possuem de mercado, o que o Sindicato pode dizer sobre isso? A recíproca é verdadeira?
21. O Sindicato se considera atuante e representativo em prol dos profissionais? Qual a dificuldade encontrada para o desenvolvimento dos trabalhos do Sindicato?
22. O que está sendo feito para a criação do Código de Ética Brasileiro do Profissional Arquivista?
23. O Sindicato gostaria de acrescentar algo?

Agradeço por sua participação!